

33º CONGRESSO DO SINPEEM



**novas tecnologias,
política, educação
e sustentabilidade**

dias 29, 30 e 31/10 e 01/11/2024

Sinopses



29 DE OUTUBRO DE 2024

NOVAS TECNOLOGIAS, POLÍTICA, EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Uma visão curricular na resistência aos discursos neo(conservadores)

* *Francisco Thiago Silva*

Não restam dúvidas de que vivemos em uma “sociedade em rede” (Castells, 2011), marcada pelas contradições do mundo contemporâneo: um discurso centrado no homem, pautado em um modelo consumista e sem responsabilidade com a sustentabilidade planetária, alimentado cada vez mais por grandes fortunas e grupos defensores de ideias (neo)conservadoras, que são aplaudidos pela grande maioria dos trabalhadores, que se encontram explorados e carentes de “consciência de classe”.

Sobre as novas tecnologias, devemos ponderar o quanto elas permeiam nossas relações. Embora estejamos vivendo uma era de pleno vapor das comunicações interativas e do uso, por vezes considerado abusivo, das redes sociais e ferramentas como o Chat GPT e a IA generativa, o que precisamos discutir não é a simples negação ou a ênfase nos perigos de seus maus usos no campo educacional, que, de fato, existem (Ertel, 2018).

A relação direta entre as novas tecnologias e a possibilidade de promover a sustentabilidade ambiental, bem como o combate ao uso do domínio das elites e de grupos extremistas no mundo virtual com o intuito de propagar suas ideias, é uma tarefa hercúlea. A propagação do ódio contra certos grupos cresce, e observamos um aumento cotidiano das catástrofes planetárias. Para nós, a luta pela democracia, fundamentada em um “currículo emancipatório” e “antnazifascista” (Silva, 2023), é uma das saídas para garantir que o mundo que conhecemos tenha uma chance de não sucumbir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- ERTEL, W. *Introduction to artificial intelligence*. Springer. p. 1-21. 2018.
- SILVA, Francisco Thiago. *Educação e a luta antnazifascista no Brasil: implicações para o campo dos estudos curriculares na voz de estudantes de mestrado e doutorado*. *Acta Scientiarum. Education*, 2023.

* *Francisco Thiago Silva*, professor, mestre e doutor em Educação e Currículo pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

Viver e educar em um período de incertezas

* **Sérgio Rizzo**

Somos professores. É natural, portanto, que passemos um bom tempo de nossas vidas discutindo maneiras de aperfeiçoar o que fazemos diariamente em contato com os estudantes de nossas escolas.

Congressos e outros eventos educacionais, por exemplo, nos convidam a refletir sobre as mais diversas abordagens e estratégias que sejam capazes de enriquecer o nosso cotidiano profissional.

Um dos principais desafios que enfrentamos hoje é o de educar em um período de incertezas. Nos encontramos em um momento da história em que as crises parecem se multiplicar, em que as soluções parecem complexas e em que as perspectivas de futuro são nebulosas.

Tudo isso impacta de maneira determinante a nossa atividade profissional. Mas não só ela: como cidadãos desse mesmo tempo de incerteza que envolve crianças e jovens, os professores são, também eles, impactados fortemente em suas vidas pessoais pelo mesmo horizonte nebuloso que se apresenta a crianças e jovens.

Também são atingidos, portanto, por um certo tipo de ansiedade, batizado já no final da década de 1980, em livro do estadunidense Richard Saul Wurman, como a "ansiedade da informação". Desde a publicação desta obra referencial, o fenômeno agravou-se; somos diariamente submetidos a uma oferta de informações que, de tão superior à nossa capacidade de absorvê-la, provoca as mais diversas e incômodas reações.

Um livro mais recente, *A geração ansiosa*, do também estadunidense Jonathan Haidt, circunscreve o problema entre as crianças do nosso tempo. Não é exclusivo delas. Cabe lembrar o óbvio, que informação não é conhecimento, para que entendamos que uma das grandes tarefas do nosso tempo, como cidadãos, é aprender a navegar de maneira cuidadosa e criteriosa pelo oceano infindável à nossa disposição.

"Menos é mais" pode ser um bom slogan para esta busca pelo equilíbrio, individual e coletivo. "Sem drama, mas com urgência" seria outro.

* **Sérgio Rizzo**, jornalista, professor, documentarista, mestre e doutor em audiovisual pela Universidade de São Paulo (USP).

A ARTE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO

Qual a importância de imaginar?

** Alessandra Ancona de Faria*

Por que imaginamos? Qual a importância da imaginação em nossa vida? Segundo Vigotsky, a função criadora, parte da atividade humana, não se limita a reproduzir o que já existe, mas sim, cria novas imagens e impressões. Mas qual seria a necessidade de criar novas imagens?

De forma simples, é através do imaginário que concebemos outras formas de viver, além daquelas que estamos acostumados. Imaginar nos abre para inúmeras possibilidades, tanto na vida cotidiana quanto na criação de conceitos, objetos, máquinas e soluções em diferentes áreas do conhecimento. No campo das artes, isso se manifesta na criação de obras artísticas.

Seria simplista pensar que toda obra de arte nasce de uma concepção prévia, mas, sem dúvida, o imaginário está presente como um diálogo contínuo entre o que imaginamos e o que realizamos.

Como, então, criamos nas diferentes linguagens da arte? Será que os processos são os mesmos para a criação de uma peça de teatro, um espetáculo de dança, uma exposição de artes visuais ou uma apresentação musical? Refletir sobre a imaginação e os processos criativos nas diversas linguagens artísticas é essencial para compreender o papel da arte na formação humana.

Grande parte das oportunidades de contato com a arte, seja na fruição ou criação, acontece nos espaços educativos. É por meio dessas experiências que a capacidade criadora e imaginativa é potencializada. Assim, qual visão de arte devemos adotar nas escolas?

** Alessandra Ancona de Faria, doutora em Educação pela PUC-SP, mestre e especialista em Teatro pela ECA-USP, graduada em Artes Visuais pela Faculdade Santa Marcelina, diretora do Projeto Circularte Educação (www.circularte.com.br), formadora no Instituto Avisa Lá e professora há 35 anos.*

Experiências, arte e vida

** Rita de Cássia Demarchi*

Há inúmeras formas de abordar reflexões sobre a arte como uma rica área de conhecimento, construção e expressão, bem como sua importância na vida e na educação em todos os níveis. Neste breve texto, que abarca a linguagem poética, serão colocadas algumas questões com o intuito de instigar o pensar e o sentir.

Em tempos de discussões sobre as tecnologias e suas implicações na Educação, cabe também refletir sobre a relevância da sensibilidade, da desaceleração, do processo significativo, do estado de presença, da escuta atenta e da abertura ao diálogo, a fim de possibilitar o encontro consigo mesmo e com o outro.

É primavera, tempo dos ipês amarelos! É possível, em nosso cotidiano, desacelerar, tirar as vendas da pressa e das tarefas para poder, de fato, apreciar sua vibrante tonalidade?

Em tempos de emergências, tantas violências e injustiças, é desejável pensar nos desastres que podem assumir a forma de águas que tudo arrastam ou em queimadas, próximas e distantes, que se alastram pelo território e invadem nossos pulmões. Inundações e queimadas recentes em nosso país podem ser tomadas como metáforas de todo desprezo à vida e seus danos irreparáveis. O que fazer para não sucumbir?

Por outro lado, o que fazer para não esquecer, para não soterrar nossos sentidos e “seguir em frente” anestesiados em meio ao trabalho interminável e à enxurrada de informações, acontecimentos e notícias?

Em nossa caminhada, em meio a maravilhosos, dores, angústias, sonhos e memórias, como elaborar e laborar? A arte se mostra como um dos caminhos possíveis.

Uma das potências da arte reside em sua capacidade de provocar e consolidar profundas experiências, nos tirar do automatismo, convocar razão e sensibilidade, mobilizar e ampliar percepções e reflexões sobre nós mesmos, sobre o que nos cerca e sobre o mundo; sobre o passado, o presente e o futuro. Inclusive, para sonhar com outros mundos e ousar criar o que ainda não existe.

O que tudo isso teria a ver conosco, enquanto seres humanos, indivíduos, cidadãos e profissionais da Educação? O que teria a ver com nossos alunos, das diversas faixas etárias? E com nossas escolas, nossas comunidades e coletividades?

** Rita de Cássia Demarchi, artista, professora, pesquisadora. Possui licenciatura em Educação Artística e Artes Plásticas e mestrado em Artes Visuais pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e doutorado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e pós-doutorado pelo Instituto de Artes da Unesp.*

INFÂNCIAS HIGH-TECH: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO

** Ana Paula Dini Miranda*

A interseção entre desenvolvimento infantil e tecnologias digitais, conceito frequentemente denominado como "infâncias high-tech", traz à tona reflexões cruciais sobre como as crianças aprendem, brincam e interagem no mundo contemporâneo. O contexto digital em que as novas gerações emergem redefine a infância, destacando a necessidade de compreender as nuances desse fenômeno.

À medida que as crianças se conectam cada vez mais cedo às tecnologias, as implicações para seu desenvolvimento tornam-se mais evidentes, especialmente nas áreas cultural, emocional e social. É imprescindível que a educação reconheça a tecnologia não apenas como uma ferramenta, mas como um aliado estratégico no processo de ensino-aprendizagem. Essa abordagem exige um olhar crítico sobre os efeitos do uso excessivo de dispositivos eletrônicos, pois a interação digital excessiva pode impactar a saúde mental e a socialização das crianças.

Ao mesmo tempo, as instituições de ensino devem se empenhar em integrar esses recursos de maneira consciente e responsável, evitando a desconexão com o mundo digital. É essencial que as escolas promovam um ambiente onde a tecnologia seja utilizada de forma intencional e pedagógica, reconhecendo que ela faz parte da vida contemporânea. Para tanto, é necessário estabelecer limites que garantam um desenvolvimento equilibrado, respeitando a singularidade de cada criança.

Promover a formação de educadores que compreendam essa dinâmica é fundamental para que consigam mediar o diálogo entre tecnologia e formação humana, garantindo que a educação contemporânea esteja alinhada com as necessidades das crianças do século 21.

Ao fazer isso, asseguramos que o aprendizado não se restrinja a uma mera assimilação de conteúdos, mas que contribua para um desenvolvimento pleno, integral e saudável, preparando as crianças para navegar com segurança e responsabilidade em um mundo cada vez mais digitalizado.

** Ana Paula Dini Miranda, mestre e doutora em Educação.*

Tecnologias do futuro: como educar crianças reais em um mundo artificial?

* Bruna Ribeiro

O termo high-tech (alta tecnologia), em geral, vem acompanhado pelo termo inovação, como se um fosse sinônimo do outro. É preciso, no entanto, sermos cuidadosos com esta associação quando nos referimos ao âmbito educacional, questionando a afirmação difundida de que a mera introdução da tecnologia representa uma inovação na educação.

(Re)pensar o papel da escola diante dos desafios da modernidade é urgente e necessário, mas é preciso nos perguntarmos o que realmente significa transformação em educação e uma inovação autêntica, a fim de não sermos reféns de mudanças superficiais que em nada alteram as práticas educacionais.

Em tempos de exacerbação de tecnologias digitais, as abordagens participativas têm um papel vital na construção de uma pedagogia mais alinhada aos bebês e crianças da atualidade, ao mesmo tempo que buscam restaurar e trazer para o cotidiano elementos que cada vez mais despontam como essenciais para manutenção da saúde e bem-estar infantil (e de adultos também). As chamadas tecnologias ancestrais e os elementos constituintes das abordagens participativas parecem ser as verdadeiras tecnologias do futuro.

Assim, pensar a construção das abordagens participativas em solo brasileiro se desponta como uma alternativa possível frente ao desafio de educar uma geração (e nação) viciada em dopamina. Diante das altas tecnologias (high-Tech), as miudezas do cotidiano e das relações parecem ser um antídoto para a não automatização da escola e da vida.

** Bruna Ribeiro, doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP), idealizadora e coordenadora da pós-graduação Pedagogia das Miudezas na Educação das Infâncias: sobre epistemologias, utopias e teimosias. Autora do livro Pedagogia das miudezas e organizadora do livro Abordagens participativas na educação infantil.*

CULTURA DE PAZ POR ESCOLAS SAUDÁVEIS E SEGURAS

** Luciene Regina Paulino Tognetta*

A escola sempre foi um local de aprendizado e, por excelência, um espaço de convivência entre pessoas que experimentam a diversidade. No entanto, o ambiente educacional também é palco de violências que exigem estudos, documentos e leis que proponham métodos e medidas efetivas para superá-las, especialmente aquelas que se escondem nas interações entre pares. Embora menos frequentes que outros problemas de convivência, essas violências, como o *bullying* e sua extensão em ambientes virtuais, são mais complexas de solucionar e mais devastadoras para quem as vivencia.

Além disso, nos últimos anos, presenciamos formas extremas de violência em instituições de ensino, resultando na morte de crianças, adolescentes e professores. Estes incidentes geraram pânico entre famílias, educadores e a sociedade, ressaltando a vulnerabilidade da escola. No Brasil, legislações regulamentam a inclusão deste tema na educação: Leis nº 13.185/2015, nº 13.663/2018 e, mais recentemente, Lei 14.811/2024. Estas leis asseguram o direito de nossas crianças e adolescentes à aprendizagem da convivência. No entanto, é preciso entender o papel formador da escola e não "criminalizador" das novas gerações.

Em tempos em que meninos e meninas demonstram cada vez mais sentimentos de solidão e exclusão social, além de um aumento do sofrimento emocional desde a infância, urge que a escola se torne um espaço de bem-estar e de promoção da convivência pacífica. O cuidado e a proteção devem ser elementos chave na criação de uma cultura de paz.

Como podemos promover esse ambiente no cotidiano de nossas escolas? Essa é a questão que buscamos compartilhar neste encontro.

** Luciene Regina Paulino Tognetta, doutora pelo Instituto de Psicologia da USP e Universidade de Genebra (Suíça), pós-doutorado pela Faculdade de Psicologia da Universidade do Minho, Portugal.*

A pedagogia da cooperação e a cultura de paz nas escolas

** Fábio Otuzi Brotto*

A pedagogia da cooperação é uma abordagem inovadora que visa criar um ambiente escolar inclusivo e pacífico, contribuindo para mitigar problemas como violência, bullying, exclusão e evasão escolar. Nesse sentido, ela fortalece a cultura de paz na escola, propiciando:

1. **fortalecimento de laços sociais:** a colaboração entre estudantes promove relações interpessoais saudáveis, essenciais para uma convivência pacífica;
2. **desenvolvimento de habilidades sociais:** estudantes aprendem a negociar e a resolver conflitos de forma colaborativa;
3. **valorização da diversidade:** a abordagem celebra as diferenças, criando um ambiente inclusivo que respeita e abraça as diversidades, regenerando o sentido de comum-idade escolar.

A pedagogia da cooperação também tem efeitos significativos no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais como pensamento crítico, resolução de problemas, aprendizado significativo, empatia, solidariedade, comunicação eficaz, autonomia e responsabilidade.

Para que a pedagogia da cooperação e a cultura de paz se tornem parte integrante da rotina escolar, algumas estratégias podem ser adotadas:

1. **formação da equipe escolar:** capacitar profissionais da educação para aplicar metodologias cooperativas e práticas de educação para a paz em suas atividades dentro e além da sala de aula;
2. **projetos transdisciplinares:** desenvolver projetos que integrem diferentes disciplinas e segmentos, nas quais os estudantes possam colaborar em atividades e eventos que promovam a paz e a solidariedade;
3. **espaços de diálogo:** criar momentos regulares para que estudantes possam discutir questões relacionadas à convivência escolar, estimulando um ambiente de transparência, respeito, compreensão e colaboração.

Concluindo, baseada em princípios de inclusão, cooperação e comunidade, a pedagogia da cooperação transforma a convivência escolar e contribui para a formação de uma geração global comprometida com um mundo mais justo, sustentável, colaborativo e pacífico, onde todas as pessoas possam VenSer quem são para poder SerVir melhor ao bem comum.

** Fábio Otuzi Brotto, mestre em Educação Física pela Unicamp e co-fundador do Projeto Cooperação – Comunidade de Serviço.*

CURRÍCULO ESCOLAR E DIVERSIDADE CULTURAL

As “vozes silenciadas” do currículo escolar: reflexões propositivas

* *Francisco Thiago Silva*

A opção historicamente configurada para a organização dos conteúdos e conhecimentos acumulados pela humanidade é um dos conceitos mais aceitos para o currículo escolar. Contudo, isso não significa que estejam contemplados os distintos grupos que compõem a sociedade. Ao contrário, se tomarmos a história da educação e do campo dos estudos de currículo em nosso país, nota-se um processo de "descolonização". Sobretudo porque as supostas memórias de mulheres, negros/as, indígenas, quilombolas, a comunidade LGBTQIA+, pessoas pobres, idosos, comunidades ribeirinhas e pessoas com deficiências - ou seja, as "vozes silenciadas" (Santomé, 1998) - permanecem em constante espírito combativo para ocupar os espaços que lhes foram negados por grupos que, recentemente, têm retomado ideias extremistas e neoconservadoras a respeito desse assunto.

Se o currículo é fruto de uma disputa, ele não é inocente nem neutro. Tampouco o conceito de diversidade, impresso nas práticas escolares, é isento dessa tradição seletiva, como já demonstraram Gomes (2008) e Silva (2022). O entendimento que deveria permear as opções curriculares pelo país é que a diversidade é a construção social das diferenças, situadas historicamente, e que vai além de celebrações em datas comemorativas e festivas (Silva, 2023). Isso diz respeito a conquistas, como as que o movimento negro alcançou ao longo do tempo, como a Lei Federal 10.639/2003, que instituiu o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, Francisco Thiago. *Currículo Festivo e Educação das Relações Raciais*. Brasília, Kiron, 2022.

Francisco Thiago Silva, professor, mestre e doutor em Educação e Currículo pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

Currículo escolar e diversidade cultural: a contribuição da educação integral

** Jaqueline Moll*

Na perspectiva da afirmação dos direitos de cidadania, discutimos o currículo escolar e a diversidade cultural, tomando como base a Educação Integral, condição para o pleno desenvolvimento da pessoa, conforme o objetivo da educação brasileira na Constituição de 1988. A Educação Integral, vista como direito dos estudantes nas etapas e modalidades da Educação Básica, envolve a ampliação e reorganização do tempo escolar, dos espaços e das oportunidades formativas, articulando os saberes socialmente construídos com os saberes do território em que a escola está inserida.

Nesse contexto, o reconhecimento da diversidade cultural e seu papel na organização curricular, a partir de pesquisas socioantropológicas do território, fundamenta a escola de educação integral. Trata-se, portanto, de uma Educação Integral que vai além da extensão da jornada escolar, convergindo experiências formativas em diferentes campos do conhecimento, como processos intelectuais, sociais, culturais, estéticos, ambientais e éticos, partindo dos princípios de equidade e respeito à diversidade humana e social.

Devemos nos questionar: o que se entende por Educação Integral? Como os currículos estão sendo organizados nessas experiências? Como práticas pedagógicas se articulam para materializar currículos que integrem saberes universais e os construídos nas comunidades?

Além disso, como a história das políticas públicas e experiências realizadas no Brasil — das escolas-parque de Anísio Teixeira, dos Centros Integrados de Educação Pública de Darcy Ribeiro, e dos ginásios vocacionais de Maria Nilde Mascellani — impactam as políticas e experiências educacionais atuais?

** Jaqueline Moll, doutora em Educação, pedagoga e professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

É POSSÍVEL A CONVIVÊNCIA HARMONIOSA ENTRE O CONHECIMENTO E O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL?

Convivência entre conhecimento e inteligência artificial: utopia ou realidade?

* *Gláucia da Silva Brito*

A coexistência entre conhecimento humano e Inteligência Artificial (IA) é um dos grandes desafios contemporâneos. Enquanto o conhecimento humano resulta de processos cognitivos complexos, interação social, reflexão e crítica, a IA atua como uma ferramenta capaz de processar grandes volumes de informação, identificar padrões e gerar respostas automatizadas. O dilema está em equilibrar a presença dessas tecnologias com o desenvolvimento humano, ético e crítico. Será essa convivência uma utopia ou uma realidade em construção?

Felipe (2024) afirma que, para Paulo Freire, a utopia exige conhecimento da realidade, já que conhecer permite ao homem projetar-se à frente e buscar transformação. O ser humano, por ser incompleto, está sempre em busca de mais, movido pela esperança de construir sua própria história. Conhecer a realidade da IA significa entender que ela já está inserida no cotidiano, otimizando processos e produzindo conhecimento em diversas áreas. No entanto, seu uso acrítico pode limitar o pensamento humano, criando dependências tecnológicas e reduzindo a autonomia intelectual. Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial. Amaral Filho (2021, p. 21) ressalta que nela "depositamos todas as nossas esperanças", pois é onde estão as futuras gerações, que um dia terão a responsabilidade de cuidar do mundo.

A escola deve ser o espaço para equilibrar a adoção dessas tecnologias com o desenvolvimento crítico, preparando os estudantes para interagir com a IA de forma ética e consciente. O desenvolvimento de competências digitais precisa ser acompanhado por uma reflexão sobre as implicações sociais, culturais e políticas da IA. Além disso, é essencial que a escola estimule novas formas de aprender e ensinar, capacitando seus professores a explorar as tecnologias sem renunciar à criatividade e à autonomia dos sujeitos. A convivência entre conhecimento humano e IA não é uma utopia, mas uma realidade em transformação, onde a educação tem a missão de formar cidadãos preparados para esse cenário híbrido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, F. S. *Prospecções educacionais*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021.

FELIPE, S. T. *O conceito de utopia na proposta PauloFreireana*. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/download/23744/21311/77246>

Acesso 17 set 2024

* *Gláucia da Silva Brito*, professora doutora titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pesquisadora em tecnologias na educação, educação a distância, formação do professor e inclusão digital. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Professor, Escolas e Tecnologias Educacionais (Geppete) da UFPR.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GARANTIR DIREITOS

** Nilson José Machado*

Vamos direto ao ponto: educação a distância não existe; somente se pode falar em educação quando nos sentimos próximos uns dos outros.

Naturalmente, as tecnologias geraram muitos sistemas de proximidades, que transcendem em muito a proximidade física. Afinal, podemos nos sentir mais próximos de um amigo que mora em outro país muito mais do que de um vizinho que consideramos um chato. Mas, por outro lado. A educação a distância sempre existiu: nunca se pretendeu que tudo o que aprendemos precisa da presença física do professor.

A lição de casa é um atestado de tal fato. Atualmente, uma convergência muito acentuada pode ter conduzido à expectativa de que a educação a distância se basta, em atividades sincrônicas ou assíncronas. Mesclando-se tais atividades, incautos podem considerar que prescindem da presença física do professor. Pensadores mais sensatos propõem esquemas mistos, combinando atividades presenciais ou que se realizam em diferentes sistemas de proximidades.

Chamar tal mix de ensino híbrido, no entanto, é uma metáfora infeliz. Na natureza, o hibridismo se traduz como o cruzamento de duas espécies distintas, gerando um terceiro elemento, que é estéril. Não é o que se espera no caso do mix educacional. Seria preferível o rótulo de educação anfíbia; o sapo, por exemplo, vive muito bem nos dois ambientes, na água e na terra...

Já a ideia de educação integral é fundamental para o combate à fragmentação dos conteúdos, que conduz à perda do significado do que se estuda. Reduzi-la ao rótulo de educação em tempo integral é uma corrupção do que poderia ser ótimo e, como de costume, se torna péssimo.

Muito mais pertinente é a associação com a educação holística, que pensa o aprendiz como um todo (holos, em grego), aproximando conteúdos e metodologias, razão e sentimento, família, escola e sociedade, corpo e mente...

Uma formação integral também se associa à ideia de integridade pessoal, com a simbiose entre a palavra e a ação, crucial para a formulação de políticas consistentes.

** Nilson José Machado, mestre em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), livre-docente em Epistemologia e Didática na Feusp.*

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º e 205, afirma ser a Educação Integral um direito de todas e todos e um dever do Estado e da família. Sendo imperioso o desenvolvimento pleno do ser humano, tal afirmativa foi reafirmada em documentos legais posteriores, como LDB (Lei nº 9.394/1996), Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 (Lei 10.172/2001), dentre outros.

A meta seis do Plano Nacional de Educação - 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014) apresenta como estratégia do Governo Federal, o Programa Escola em Tempo Integral. A ampliação do tempo de permanência dos bebês, crianças e adolescentes nas escolas deve contemplar um currículo que atenda não apenas a um tempo maior, mas a uma educação integral. A intencionalidade de um currículo proposto para o desenvolvimento integral pressupõe a articulação de diferentes experiências educativas, sociais, culturais e esportivas em espaços diversos, ultrapassando os muros das escolas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em seus fundamentos pedagógicos, apresenta o desenvolvimento global dos estudantes como um compromisso implicando na necessidade da educação básica *“visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva.* (BNCC, 2018, p. 12)

Neste sentido, o desafio está na transposição da intenção para a ação, efetivada pela prática definida por meio das diferentes dimensões, do macro ao micro campo. Tornar a Educação de tempo integral em uma educação de fato integral é tarefa de todos.

*** Roseli da Silva Cordeiro Ruiz**, mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutora pela Faculdade de Educação de São Paulo (Feusp).

AMBIENTE ESCOLAR: TERRENO PROPÍCIO PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Mate Masie: narrativas e curadorias afrorreferenciadas pela educação

* Mafuane Oliveira

A literatura para as infâncias desempenha um papel crucial na formação de leitores críticos e conscientes. Além de fomentar a imaginação, a criatividade e o desenvolvimento da linguagem, a literatura é uma ferramenta essencial na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Nesse contexto, a inclusão de livros e rodas de conversa, tanto na escola quanto na programação de centros culturais e bibliotecas públicas, que apresentem conteúdos afrorreferenciados, é fundamental para promover um novo imaginário social.

Esta comunicação apresenta a experiência de curadoria do “Ciclo de Leituras: Mate Masie”, parte da programação do “Clube Primeiras Leituras” do Sesc SP, mediado por Mafuane Oliveira e elaborado a partir de valores civilizatórios afro-brasileiros, como musicalidade, ancestralidade e oralidade. O projeto reúne obras de Heloísa Pires Lima, Sônia Rosa, Fábio Simões e Rodrigo Andrade, além de produções literárias de Mafuane Oliveira e outros autores que ampliam a percepção sobre a diversidade das culturas brasileiras.

Para contribuir na elaboração de projetos político-pedagógicos e currículos emancipadores, no encontro será apresentado também o projeto Chaveiroeiro e suas produções em diversos formatos: artigos, publicações, podcasts e conteúdos audiovisuais, com o intuito de dar visibilidade e contribuir para a preservação das memórias e culturas negras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Mafuane. *Deixa que eu conto: educação e oralidades afro-brasileiras em tempos de pandemia*. In: MONTEIRO, Marianna (Org.);
PAULA, Franciane Kanzelumuka Salgado de (Org.). *Tatu tá cavucando: dez anos de Grupo Terreiro de Investigações Cênicas: teatro, ritual, brincadeiras e vadiagens*. 1. ed. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Artes da Unesp: Instituto de Artes-Unesp, 2022. v. 1.p.313-327.

* **Mafuane Oliveira**, mestre pelo Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade Estadual Paulista (Unesp), pesquisadora, educadora e escritora.

Racismo, um trauma social

* Paulo Edison de Oliveira

A sociologia define a escola como uma instituição responsável pela socialização secundária, onde a criança aprende, na prática, as regras e responsabilidades da sociedade. Como ambiente público, a escola também vivencia as mazelas e violências sociais. O racismo é um fenômeno social total que, nas redes de relações sociais, define, organiza e legitima as posições dos corpos racializados. Ele se materializa por meio de dispositivos de opressão e privilégio nas estruturas e instituições sociais. Ser antirracista é reconhecer que o racismo permeia essas estruturas e que nosso inconsciente carrega traumas do racismo cotidiano. A luta antirracista exige um esforço consciente para identificar e combater o racismo nas práticas diárias. Na utopia do processo educacional, acreditamos na formação de indivíduos e em um mundo mais justo, solidário e equânime. Segundo Paulo Freire, a esperança é se levantar, ir atrás, construir, juntar-se e não desistir. É nesse processo educacional que devemos enfrentar o racismo, não sozinhos ou sem políticas públicas intersetoriais, mas promovendo mudanças no currículo, nas epistemologias, nos livros, nas práticas e, especialmente, nas relações de ensino e aprendizagem que abordam os traumas do racismo. A criança e o adolescente aprendem e internalizam saberes, valores e afetos vivenciados na escola. Estamos cuidando do ambiente escolar de forma a acolher as crianças vítimas do racismo?

O trauma resulta de experiências de dor e sofrimento tão intensas que afetam comportamentos, pensamentos e emoções. Esse choque pode causar rupturas na linha da vida, permanecendo, apesar da repressão inconsciente, influenciando nosso modo de estar no mundo. Todo trauma é social, e Lacan afirma que o inconsciente, como linguagem, é o inconsciente da época. Como estamos enfrentando o inconsciente da nossa época? É fundamental refletir sobre os traumas sociais presentes na escola e como acolher as crianças vítimas do racismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. 4. ed., Campinas: Papirus; 1996, p.22.
- CARBINATTO, Amanda Hyppolito Gasparini <https://www.psicologosberrini.com.br/blog/traumas-psicologicos/>
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser* (Portuguese Edition) (p. 101). Zahar. Edição do Kindle.
- ÉDISON Carneiro. “Nota sobre o negro brasileiro”, Boletim de Ariel, Rio de Janeiro, nº7, abril de 1935.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* / Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LACAN, J. *Escritos I*; tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- MOURA, Clovis. *Sociologia do negro brasileiro* (Palavras Negras) (p. 29). Editora Perspectiva S/A. Edição do Kindle.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra*. Rio de Janeiro, Vozes 1999.
- OLIVEIRA, Denis. *Racismo estrutural: uma perspectiva histórica-crítica*. Dandara, 2021.

* Paulo Edison de Oliveira, psicanalista, professor, mestre e doutor em Ciências Sociais e escritor.

LINGUAGEM, ESCRITA E COMUNICAÇÃO NA ERA DIGITAL

** Silvia de Mattos G. Colello*

A era digital surpreendeu a humanidade com avanços científicos e tecnológicos, delineando a sociedade da informação e comunicação. Contudo, até os mais entusiastas da modernidade reconhecem que, no cenário paradoxal do mundo atual, o progresso convive com problemas antigos e novos. Em meio a tantas inovações, predomina a apropriação elitizada de tecnologias, intensificando os mecanismos de exclusão social. A possibilidade de um intercâmbio global surgiu, muitas vezes, à custa da preservação da diversidade cultural. O excesso de informações gerou desorientação e o fenômeno da “infotoxicação”.

A produção científica, por sua vez, acelerou, mas convive com a banalização do conhecimento, e o surgimento das múltiplas linguagens esbarra no desafio do analfabetismo funcional. Além disso, a tão celebrada cultura do espetáculo nem sempre está acompanhada de posicionamentos críticos e reflexivos.

Os sistemas educacionais, que teoricamente poderiam combater esses problemas, correm o risco de adotar falsas soluções. Exemplos disso são o uso de lousas eletrônicas, computadores e jogos que simplesmente replicam os modelos tradicionais de ensino, sem transformar a essência da chamada "educação bancária". Embora as ferramentas tecnológicas sejam novas, as formas de ensinar muitas vezes permanecem as mesmas. Esse cenário revela a urgência de repensar tanto o ensino da língua quanto a apropriação da tecnologia pela escola.

No que se refere ao ensino da língua, é fundamental superar a concepção monológica, que trata a escrita como um código autônomo, desassociado das condições comunicativas e dos contextos de produção. Em seu lugar, a abordagem dialógica apresenta a língua como uma prática social, construída nas interações humanas. Essa perspectiva garante o direito à palavra e fomenta a criação, elementos essenciais à formação humana e à construção de uma sociedade democrática.

Quanto à apropriação da tecnologia, é imprescindível que seu uso na educação seja orientado por critérios que favoreçam a construção do conhecimento, os princípios éticos e a inclusão social. A questão central permanece: é possível utilizar a modernidade a serviço da formação humana?

** Silvia de Mattos G. Colello, pedagoga, mestre, doutora e livre-docente, vinculada à pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).*

Clubes de leitura, de escrita e de cultura como ferramentas de alfabetização midiática

** Sérgio Rizzo*

Nunca foi tão fácil a comunicação entre as pessoas. Graças aos bilhões de dispositivos conectados em rede, ao alcance de boa parte da população planetária, um clique nos separa de uma conversa com alguém que viva, por exemplo, num país asiático. Nem mesmo os diferentes idiomas são mais um empecilho para contatos entre cidadãos de diferentes culturas; os tradutores instantâneos que operam com base em Inteligência Artificial (IA) se encarregam de fazer com que todos “falem a mesma língua”.

Apesar disso, são muitos os indícios de que não estamos nos comunicando tanto e tão bem assim. Um desses indícios tem a ver também com a presença crescente da IA na era digital, por meio do funcionamento de algoritmos que tendem a nos manter em “bolhas”; elas nos restringem a uma dieta de informação enviesada, feita ao mesmo tempo para nos agradar e para nos engajar (e então nos fazer clicar mais, e mais, e mais). Outro indício é o número de pessoas vitimadas pela solidão, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em novembro de 2023, ser hoje “um problema global de saúde pública”.

De fato, em vez de olhar nos olhos de quem trabalha diante de nós ou está em casa no cômodo ao lado, preferimos às vezes “enviar um zap”. Pois bem: em tese, estamos todos muito conectados e nos comunicando muito; mas talvez estejamos desaprendendo a nos conectar e a nos comunicar, sobretudo entre as gerações que já nasceram e/ou cresceram na era digital, ou seja, nossos estudantes.

Para aproveitar o fato de que estão inseridos na “escola invisível” que os cerca, e que vai muito além dos muros escolares, seria oportuno buscar lá, no universo virtual, a gênese para iniciativas que envolvam a leitura e a escrita como ferramentas de comunicação.

Clubes de leitura e oficinas de escrita criativa, por exemplo, são ferramentas valiosas que podem ser inseridas no contexto da alfabetização midiática.

** Sérgio Rizzo, jornalista, professor, documentarista, mestre e doutor em audiovisual pela Universidade de São Paulo (USP).*

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR E INTER-RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Significados e sentidos de violência por professores de escolas públicas

* *Sérgio Kodato*

Como os professores estão representando o fenômeno da violência?

Segundo Payet (2005, p. 687), "o exercício do magistério implica em um sentimento de impotência, um rancor pelo fato deles terem sido abandonados pelo Estado e pela hierarquia". Dubet (2003, p. 35), argumenta que "a desordem escolar introduz questionamentos sobre a função cívica da escola, ocorrendo um declínio na crença sobre a utilidade dos estudos". O imaginário do medo é exacerbado: "há um fantasma da insegurança que faria somente recrudescer a demanda social por mais repressão" (Debarbieux, 2001, p. 175).

Para Mabilon-Bonfils (2005, p. 53), as recentes transformações são estruturais: "a massificação escolar, a crescente heterogeneidade dos métodos de ensino, as condições precárias de trabalho, a crueldade e a notável insuficiência das políticas de educação". O Observatório de Violência, da USP de Ribeirão Preto, buscou organizar estratégias de mediação de situações conflituosas entre os agentes envolvidos. A proposta incluiu a implantação de assembleias escolares e de sala de aula, onde representantes eleitos puderam decidir sobre os problemas pedagógicos e de relacionamento.

Foram desenvolvidas oficinas de expressão e criatividade para permitir aos professores a catarse e a elaboração das situações de sofrimento. Houve a adoção de metodologias didáticas participativas, que buscaram inspirar os docentes a adotá-las. Quanto aos pais, foram envolvidos pelo projeto "Brinquedoteca", que consiste em uma biblioteca com brinquedos, livros e jogos, estimulando a interação ativa na dinâmica familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUBET, F. (2003). *A escola e a exclusão*. Cadernos de Pesquisa, 56(119), 29-45.
- DEBARBIEUX, E. (2001). *A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997)*. Educação e Pesquisa, 27(1), 163-193.
- MABILON-BONFILS, B. (2005). *L'invention de la violence scolaire*. Saint-Agne: Érès.
- PAYET, J. P. (2005). *A escola e a modernidade: o risco da etnicidade, o desafio da pluralidade*. Análise Social, 176, 681-694.

Sérgio Kodato, professor de Psicologia Social da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto.

30 DE OUTUBRO DE 2024

DIÁLOGOS SOBRE O ADOECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

** Eduardo Lucas Andrade*

A complexidade imbuída no trabalho dos profissionais de educação é tamanha que, por vezes, muitos adoecem mentalmente e se afastam do trabalho. Alguns só não jogam a toalha porque precisam dela para enxugar o suor e as lágrimas de seu árduo labor. Dessa forma, diálogos multidisciplinares e interdisciplinares são urgentemente necessários para que não cedamos ao pior. É fundamental fortalecer uma escuta acolhedora que possibilite melhores formas de lidar com esse ofício, que lida diretamente com a dinâmica da vida e transforma pessoas que, por sua vez, transformam o mundo. O trabalho na educação assemelha-se a uma panela de pressão mental; se não houver válvula de escape, a pessoa explode.

Na transfusão de afetos que os profissionais da educação enfrentam, muitas vezes oferecem o seu melhor e absorvem as injustiças do mundo que os cercam. Educar, um verbo que beira a impossibilidade, carece de constante invenção e namora o desamparo. Muitas histórias bonitas surgem nesse contexto, porém não é fácil manter a saúde mental para lidar com o alvoroço que os desencontros da vida trazem. Na educação, o profissional deve lidar com as fervorosas emoções da vida humana, com os efeitos de grupos, com as lascas afiadas da política, com a barbaridade da fome, com as singularidades de cada sujeito, e com o sistema que os robotiza, ao passo que a educação não pode ser assim, entre outras coisas que preenchem quase todo o tempo de suas vidas.

E o descanso? Parece uma miragem. Quando chega, logo se vai. Muitos levam para casa um trabalho que não cessa, sofrem de insônia, sentem a depressão pela perda da ilusão, e o desânimo se torna uma marca que cansa o desejo. As laricas da ansiedade os devoram por dentro, a nebulosa angústia abala o sentido da vida, pânico se tornam gritos cotidianos, fobias começam a surgir, e inibições ecoam nas alegrias que antes possuíam. E nisso tudo, o corpo clama por socorro.

Abordar a saúde mental dos profissionais da educação é resgatar a dignidade da vida em meio a tudo isso, é pensar em estratégias para lidar com pessoas que são, de fato, humanas. Parece pleonasma, mas há dias em que esquecemos de ser gente.

** Eduardo Lucas Andrade, psicanalista, escritor, membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos de Belo Horizonte (Ebep-BH), da Academia Bom-Despachense de Letras e da Academia Inclusiva de Autores Brasileiros.*

Saúde mental e educação: desafios e estratégias no ambiente escolar

* *Lucas Motta Veiga*

A saúde mental pode ser entendida como o equilíbrio emocional e psicológico que permite ao indivíduo lidar com as demandas do dia a dia, manter relacionamentos saudáveis e garantir qualidade de vida. O autocuidado, nesse contexto, envolve práticas intencionais que promovem bem-estar físico e emocional, como momentos de descanso, atividades prazerosas e gerenciamento do estresse. No entanto, um dos maiores desafios para o autocuidado está na rotina intensa e nas pressões externas, que dificultam a criação de hábitos saudáveis, especialmente para os educadores.

Entre os principais fatores de estresse que afetam os professores estão a sobrecarga de trabalho, a falta de reconhecimento, a gestão de turmas numerosas e indisciplinadas, além das condições precárias de trabalho. Estes fatores, somados à pressão por resultados e à constante adaptação às novas metodologias, geram sofrimento psíquico. Ainda, há uma crescente demanda emocional, com muitos educadores atuando como mediadores de conflitos, ouvintes e orientadores de alunos em situações complexas.

Neste cenário, a escola desempenha um papel crucial na promoção da saúde mental. Criar um ambiente que valorize o diálogo, o respeito e o apoio emocional é essencial para o bem-estar de professores e alunos. A gestão escolar pode investir em formação continuada sobre saúde mental, promover espaços de escuta ativa e construir uma cultura de apoio mútuo, na qual todos se sintam à vontade para compartilhar suas dificuldades sem receio de julgamento. Estratégias de prevenção ao assédio e ao *burnout* no ambiente escolar são igualmente importantes. O assédio, manifestado por atitudes hostis ou desvalorização, deve ser combatido com políticas claras e educativas. Canais seguros para denúncias e normas de convivência precisam ser estabelecidos. Para prevenir o *burnout*, é essencial rever a carga de trabalho, incentivar pausas, oferecer apoio psicológico e assegurar que os professores tenham tempo e espaço para o autocuidado, tanto individual quanto coletivo.

Concluindo, a promoção de um ambiente escolar saudável passa pela conscientização sobre a saúde mental de todos os envolvidos no processo educacional. Com uma abordagem preventiva e de suporte, é possível reduzir os efeitos do estresse e promover uma cultura de bem-estar e respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LAVNCHICA, G. R. F. S. *A clínica psicodinâmica do trabalho: teoria e método*. Khóra: Revista Transdisciplinar, v. 2, n. 2, 2015.

LIMA, L. A. de O., da Silva Júnior, A. S., Santos, D. de S., da Rocha, M. M., Rodrigues, G. C. de A., dos Santos, C. A. F., Lopes Júnior, N. N. da S., Pessoa, C. G. da S., de Aragão, A. P., & Petry, J. C. C. (2023). *O impacto do trabalho sobre a saúde mental de profissionais da educação: uma análise qualitativa sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho*. *Contribuciones a las ciencias sociales*, 16(11), 27146–27164.

* *Lucas Motta Veiga, psicólogo e mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e analista institucional.*

REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE INTELIGÊNCIA HUMANA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Uso crítico e criativo da inteligência artificial na educação

* *Mary Grace Andrioli*

Está cada vez mais raro encontrar alguém que não tenha contato com a inteligência artificial (IA) ou que não a utilize em grande parte de suas atividades. Essas pessoas estão na escola, como estudantes ou educadores, experimentando os impactos dessa revolução. Estamos preparados para, além do entusiasmo, refletir e agir para ampliar nossas capacidades humanas essenciais?

A IA está reconfigurando como ensinamos, aprendemos e nos relacionamos. Ferramentas de IA automatizam tarefas, criam materiais personalizados, analisam dados e oferecem suporte em tempo real, tudo em uma velocidade impressionante, especialmente considerando nosso tempo cada vez mais escasso.

Se antes notávamos impaciência em aguardar respostas humanas, agora nem precisamos pesquisar: *chatbots* respondem perguntas como em uma conversa via WhatsApp, a qualquer hora, de forma amigável e personalizada.

Essas facilidades trazem grandes desafios. A dependência excessiva e o uso superficial da IA podem resultar na perda ou no não desenvolvimento de habilidades essenciais, como o pensamento crítico e criativo. Questões éticas emergem: como proteger nossos dados? Como evitar que algoritmos reforcem preconceitos e desigualdades?

A falta de conhecimento profundo sobre essas ferramentas pode levar ao uso irrefletido da IA na educação, comprometendo o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Existe o risco de estudantes consumirem materiais produzidos inteiramente por IA e utilizarem essas tecnologias para resolver tarefas, sem desenvolver suas habilidades.

Ainda assim, a IA oferece oportunidades inéditas: personaliza a aprendizagem, otimiza tarefas mecânicas e possibilita a expressão criativa por meio de novas linguagens e formas de compartilhamento de conhecimento.

Como educadores, é essencial equilibrar cautela com vivências que nos permitam refletir criticamente sobre alternativas para ampliar a aprendizagem, participação e autoria, favorecendo uma educação transformadora, humanista e solidária.

Essa é nossa proposta para o debate: compreender a IA como parte de nossa vida, sem ingenuidade, mas vislumbrando possibilidades que ressignifiquem nossa relevância como seres humanos e educadores na promoção de uma sociedade aprendente, crítica e criativa.

* *Mary Grace Andrioli*, doutora e mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), graduada em pedagogia pela USP, pesquisadora e docente no Instituto Federal de Educação de São Paulo (IFSP).

ASSÉDIOS MORAL E SEXUAL: COMBATE E PREVENÇÃO

** Felipe Gonçalves Bacchiega*

O combate e a prevenção ao assédio moral e sexual são temas de extrema relevância nas sociedades contemporâneas, refletindo a necessidade de ambientes saudáveis e respeitosos, tanto no trabalho quanto em outras esferas da vida social. O assédio moral é caracterizado por comportamentos repetitivos que visam humilhar, menosprezar ou intimidar um indivíduo, enquanto o assédio sexual envolve avanços indesejados de natureza sexual, que podem criar um ambiente hostil. Para enfrentar esses problemas, é fundamental promover uma cultura de respeito e igualdade.

As organizações devem implementar políticas claras que definam e condenem o assédio, além de criar canais de denúncia seguros e acessíveis. A formação e sensibilização de funcionários e gestores sobre o que constitui assédio e suas consequências são passos cruciais. Programas de capacitação que abordem temas como empatia, diversidade e comunicação assertiva podem contribuir significativamente para a prevenção.

Além disso, o papel da liderança é essencial. Líderes devem servir como exemplos, demonstrando comportamentos respeitosos e acolhedores. Quando a alta gestão se compromete a erradicar o assédio, cria-se um ambiente no qual todos se sentem seguros para se expressar e relatar comportamentos inadequados. A criação de um código de conduta que reforce os valores da organização é uma estratégia eficaz.

A legislação também desempenha um papel importante na prevenção do assédio. É fundamental que existam leis que protejam as vítimas e punam os agressores, além de garantir que os processos de denúncia sejam respeitosos e eficazes. O acesso à justiça deve ser facilitado, garantindo que as vítimas se sintam apoiadas durante todo o processo.

Por fim, a conscientização da sociedade em geral é um elemento-chave na luta contra o assédio. Campanhas de informação e educação podem ajudar a mudar comportamentos e atitudes, promovendo uma cultura de respeito e solidariedade. O apoio entre colegas e a criação de redes de suporte são fundamentais para que as vítimas se sintam fortalecidas a buscar ajuda.

** Felipe Gonçalves Bacchiega, psicólogo pelo Centro Universitário Sudoeste Paulista (UniFSP), psicoterapeuta com enfoque na sexualidade pelo Instituto Paulista de Sexualidade (InPaSex), especialista em Direito Homoafetivo e de Gênero pela Universidade Santa Cecília (UniSanta).*

Assédio moral no trabalho é uma prática abusiva, caracterizada por atos repetitivos de humilhação, constrangimento ou degradação que comprometem a dignidade e a saúde mental do trabalhador, afetando também a proatividade, o desenvolvimento profissional e o clima organizacional. Estes atos podem incluir a desqualificação do trabalho, o isolamento social e a atribuição de tarefas desproporcionais à sua função.

Marco legal e legislação: no Brasil, o assédio moral ainda não é tipificado como crime, mas há diversas legislações que garantem a proteção dos trabalhadores contra esta prática. Veja abaixo:

- ✓ a Constituição Federal de 1988 é o principal marco de proteção à dignidade da pessoa humana e o direito ao trabalho em condições justas. O artigo 1º, inciso III, assegura a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, enquanto o artigo 7º, inciso XXII, garante a proteção à saúde e segurança no ambiente de trabalho, o que inclui proteção contra práticas de assédio moral;
- ✓ Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): o artigo 483 permite que o trabalhador rescinda o contrato e peça indenização por abuso de poder ou rigor excessivo por parte do empregador;
- ✓ Lei nº 13.467/2017: o artigo 223-B prevê indenização por ofensas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem do trabalhador;
- ✓ em São Paulo, há legislação específica que trata do assédio moral no serviço público, como a Lei Estadual nº 12.250/2006 e a Lei Municipal nº 13.288/2002;
- ✓ embora o Código Penal não aborde diretamente o assédio moral, condutas como injúria e difamação podem ser enquadradas nele.

Além do aparato legal, o poder público deve implementar políticas de prevenção e combate ao assédio moral, como a criação de canais de denúncia seguros, que garantam a privacidade da vítima e ofereçam a ela a segurança para formalizar a denúncia.

É essencial propiciar a formação profissional sobre o tema, reafirmando o caráter democrático do serviço público, a conscientização sobre o que caracteriza o assédio e a promoção de um ambiente de trabalho respeitoso, seguro e saudável que garanta o bem-estar dos trabalhadores.

** Patrícia Pimenta, professora, diretora de escola da rede municipal de ensino de São Paulo, secretária de Formação do Sinpeem.*

PENSAMENTO COMPUTACIONAL NA INFÂNCIA

** Ana Ruth Starepravo*

O pensamento computacional (PC), definido como a capacidade de sistematizar, representar, analisar e resolver problemas, suscita uma importante reflexão sobre suas possíveis contribuições para o ensino de Matemática: como as ideias desse campo estão sendo assimiladas pelos professores da Educação Infantil e Anos Iniciais?

Além desse conceito, um tema fundamental relacionado ao PC são os quatro pilares que orientam o processo de resolução de probleeducação infantil mas: decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e algoritmos.

Como esses pilares chegam às escolas? Seriam etapas que, ao serem ensinadas, garantem o sucesso das crianças na resolução de problemas?

Na prática escolar, as regras, fórmulas e algoritmos geralmente vêm primeiro e, depois, são aplicados em exercícios. Para muitas crianças, resolver um problema se resume a "adivinhar" qual operação usar. Quem nunca ouviu a famosa pergunta: "É conta de mais ou de menos, professora?"

A aprendizagem exige um sujeito ativo. O ato de aprender está ligado à ação de resolver problemas. Portanto, os métodos de solução não devem ser previamente ensinados, mas criados pelas próprias crianças, despertados pela necessidade de enfrentar o desafio proposto. Nesse processo, a interação entre os alunos e a mediação adequada do professor são essenciais.

O PC pode, sim, contribuir para a aprendizagem da Matemática, desde que seja abordado sob uma perspectiva construcionista. Se tratado de forma instrucionista, pode acabar reforçando práticas que veem as crianças como máquinas programadas para dar respostas corretas.

É necessário investir na capacidade humana de criar soluções, de inventar, de errar e aprender com os erros. Em vez de formatar o pensamento por meio de algoritmos prontos, devemos incentivar nossos estudantes a criar seus próprios algoritmos de forma consciente e ética. Assim, eles não apenas saberão fazer, mas também refletirão sobre o que fazem, como fazem e por que fazem.

** Ana Ruth Starepravo, mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).*

Redes sociais: perda do pensamento computacional e funções executivas?

* *Sheron Mendes*

O pensamento computacional apresenta habilidades semelhantes às funções executivas (WING, 2006; DIAMOND, 2013), que são fundamentais para resolver problemas complexos e raciocinar de maneira abstrata, favorecendo a flexibilidade cognitiva e a autorregulação.

Por outro lado, o uso excessivo de dispositivos digitais tem sido associado a impactos negativos no desenvolvimento das funções executivas (CORSO, 2013). O tempo excessivo de tela pode prejudicar a concentração, aumentar a ansiedade e a depressão, além de comprometer o rendimento escolar (DESMURGET, 2020). De acordo com a Common Sense Media (2021), crianças e pré-adolescentes passam mais de 5 horas diárias conectados. Haidt (2024) alerta sobre os efeitos desse uso excessivo, corroborando os estudos de Desmurget.

Haidt (2024) propõe a mediação parental no uso de telas, limitando o tempo de exposição e promovendo uma educação consciente sobre seu uso. Estimular atividades ao ar livre e interações presenciais, por meio de atividades práticas e jogos coletivos, pode melhorar o controle inibitório, a memória de trabalho e a flexibilidade cognitiva, que são essenciais ao pensamento computacional (DIAMOND, 2013; WING, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMMON SENSE MEDIA. *The common sense census: media use by tweens and teens*. 2020, 2021. Disponível em: https://www.commonsensemedia.org/sites/default/files/research/report/8-18-census-integrated-report-final-web_0.pdf/. Acesso em: 02 de julho de 2024.
- CORSO, H. V. et al. *Metacognição e funções executivas: relações entre os conceitos e implicações para a aprendizagem*. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 21–29, 2013.
- DESMURGET, Michel. *A fábrica de cretinos digitais*. São Paulo: Vestígio, 2020.

* *Sheron Mendes*, pesquisadora e professora de pós-graduação em Neurociências.

PRINCÍPIOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

** Celso dos Santos Vasconcellos*

Há um grande consenso de que a escola desempenha um papel social fundamental. No entanto, não nos interessa qualquer escola, mas aquela que tem como perspectiva uma educação democrática e humanizadora. Para isso, a gestão escolar também deve se alinhar a esse horizonte, o que não é fácil devido a um autoritarismo estrutural em nossa sociedade. Esse fator se reflete em gestões escolares de caráter autoritário ou, no polo oposto, em gestões espontaneístas, licenciosas e omissas.

A gestão escolar democrática não se restringe a um elenco de estratégias, métodos e técnicas; não é algo esporádico ou episódico, nem um reflexo mecânico de estruturas ou condições de trabalho, embora todos esses elementos desempenhem um papel relevante. Para evitar os inúmeros equívocos que têm caracterizado a gestão escolar e avançar com criticidade e rigor na direção de uma gestão democrática, devemos nos pautar por um conjunto de princípios que fundamentem a prática escolar.

Numa primeira aproximação, apontamos os seguintes princípios: intencionalidade (construída e explicitada), foco na aprendizagem, autonomia, participação coletiva, diálogo e democracia, integralidade, ambiente democrático e humano, formação continuada, inovação pedagógica e interação com a comunidade/território.

Para que esses princípios não se tornem mera “declaração de intenções”, precisamos articulá-los como instrumentos metodológicos de trabalho, como: projeto político-pedagógico (construído coletivamente), trabalho coletivo constante (reunião pedagógica semanal, JEIF, HTPC/ATPC), gestão do processo de ensino-aprendizagem (trabalho com o conhecimento, organização da coletividade de sala de aula/disciplina, relacionamento interpessoal, planejamento, registro, avaliação), representantes de classe/grêmio/associação de antigos alunos, assembleias de classe/escola, conselho de classe/ciclo, conselho de escola, avaliação institucional/docente/autoavaliação, trabalho com a família/comunidade/território e intersetorialidade.

** Celso dos Santos Vasconcellos, doutor em Educação pela USP, responsável pelo Libertad - Centro de Pesquisa, Formação e Assessoria Pedagógica.*

Gestão democrática, qualidade e equidade na educação básica: a centralidade do projeto político-pedagógico

** Iracema Santos do Nascimento*

O princípio da gestão democrática na educação pública, inscrito na Constituição Federal de 1988, é resultado da proposição de movimentos de educadores(as), inseridos nas lutas por redemocratização da sociedade brasileira no período da Constituinte, pós-ditadura militar que se instaurou com o golpe de 1964 e perdurou até 1985.

Sustentada em pressupostos como participação, trabalho coletivo, descentralização e autonomia, a gestão democrática se realiza por meio da existência de dispositivos como eleições, entidades ou instâncias de representação, colegiados, consultas públicas e assembleias.

O mais importante da gestão democrática, no entanto, é que ela está na base do aprendizado da democracia na escola, por meio da vivência da experiência democrática por todos os segmentos que compõem a comunidade e o território escolar.

A democracia (ou a falta dela) está presente nos mínimos detalhes do cotidiano da escola, na sala de aula, no pátio, na quadra, no refeitório, na sala de professores, na secretaria, na sala da diretoria... A prática da democracia na escola também se realiza pelo enfrentamento das desigualdades e discriminações e pela promoção da diversidade no currículo.

Assim, as equipes pedagógicas são convocadas a enfrentar o desafio de tratar de temas como racismo, sexismo, machismo, LGBTQUIA+fobia, capacitismo, entre outras barbáries que fundam a sociedade brasileira e que se fazem presentes nas escolas. São temáticas que geram conflitos e que exigem das equipes gestoras enorme maestria.

Vamos tratar da inserção destas temáticas no projeto político-pedagógico da escola. Pesquisas na área têm demonstrado que quando o PPP é elaborado e implementado de modo autêntico e efetivo, como documento-processo de autoria da equipe escolar, em parceria com o território, a escola pode avançar no cumprimento de seu dever ético de enfrentar, no âmbito específico da educação, as barbáries que impedem a plena humanidade de enormes grupos populacionais.

** Iracema Santos do Nascimento, professora, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e escritora. Criou e coordena o Ijoba Moyãmi - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Política, Gestão Educacional e Diferenças-Diversidade.*

MEMÓRIAS: A LITERATURA NEGRA E REESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL

** Bárbara Carine Soares Pinheiro*

Nesta mesa, exploraremos a ideia de racismo estrutural sob a perspectiva social de raça, enfatizando a importância da educação antirracista como um caminho para a superação desse problema em diversos contextos sociais. Para isso, começaremos com uma breve apresentação do meu histórico de vida e das minhas produções literárias, que fundamentam minha compreensão sobre a temática.

Em seguida, discutiremos o processo de criação do conceito de raça, abordando as noções de branquitude e privilégio branco, que são fundamentais para entender as dinâmicas de poder e exclusão presentes na sociedade. Após essa contextualização, definiremos o racismo estrutural e apresentaremos possíveis caminhos para sua superação nos diferentes complexos sociais.

Por fim, focaremos no antirracismo educacional como uma via para a equidade, trazendo um relato de experiência da Escola Afro-brasileira Maria Felipa, a primeira instituição do tipo no Brasil. Esta escola serve como um exemplo inspirador de como a educação pode ser uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo, promovendo um ambiente inclusivo e igualitário.

** Bárbara Carine Soares Pinheiro, professora, escritora, graduada em Química, mestrado e doutorado em Ensino de Química pela Universidade Federal da Bahia.*

CONTEXTOS INVESTIGATIVOS E A IMPORTÂNCIA DOS EDUCADORES PARA GARANTIR AS APRENDIZAGENS

Criando espaços de descoberta: contextos investigativos na educação infantil

* *Ariele Elis Andolfo*

Os contextos investigativos fundamentam-se em princípios pedagógicos, como os defendidos por Maria Montessori (2021), que enfatiza a importância de incentivar as crianças a explorarem e aprenderem de forma autônoma. Além disso, são influenciados pela concepção de Loris Malaguzzi, que afirma que "o ambiente educa", considerando-o um elemento ativo no processo de aprendizagem (HOYUELOS, 2020).

A característica central dos contextos investigativos é a criação de ambientes que promovem a exploração, ampliando a experiência de investigação por meio da exposição de materiais cuidadosamente selecionados e esteticamente dispostos (VANTI e PLASZEWSKI, 2022). Esses espaços oferecem oportunidades para que bebês e crianças investiguem fenômenos, experimentem diferentes materiais e situações, formulem hipóteses e construam conhecimento a partir de suas próprias vivências.

Nesse sentido, o conceito de contextos investigativos está em plena consonância com o Currículo da Cidade (2019), que enfatiza a importância de promover interações que assegurem aos bebês e crianças o papel de protagonistas em seu processo de aprendizagem. Ao criar cenários adequados para investigações, garantimos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Nesta palestra, discutiremos o papel essencial do educador nos contextos investigativos, onde ele atua como curador, mediador e facilitador. A partir da escuta atenta das crianças, o educador deve documentar seus interesses e teorias emergentes, enquanto fomenta suas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOYUELOS, A. *A Estética no pensamento e na obra pedagógica de Loris Malaguzzi*. São Paulo: Phorte, 2020.

MONTESSORI, M. *A mente da criança: mente absorvente*. São Paulo: Kíron, 2021.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. *Currículo da Cidade: Educação Infantil*. São Paulo: SME/COPEd, 2019.

VANTI, E.S.; PLASZEWSKI, H. *Contextos investigativos na educação infantil*. In: Escola em tempos de conexões. VI.2, p.77-97. Campina Grande: Realize, 2022.

* *Ariele Elis Andolfo*, psicopedagoga pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

A LÍNGUA QUE FALAMOS E A LÍNGUA QUE ENSINAMOS NA ESCOLA

** Fábio Américo Tonnetti*

A língua ensinada pela escola é um signo de um poder estabelecido em uma determinada cultura, sempre regulada e regida por um arranjo político específico. Democratizar esse poder é parte essencial da tarefa pedagógica em uma escola pública de caráter republicano. Entretanto, acolher a singularidade da linguagem e das etiquetas comunicativas de quem chega à escola também é fundamental para os objetivos de cidadania pretendidos nos espaços escolares, funcionando como uma forma de inclusão e fortalecimento da experiência comunitária.

Combinar e manejar diferentes protocolos interacionais faz parte da atividade docente em sua complexidade, compreendendo os jogos de poder, as negociações e as trapaças inerentes a todo processo comunicacional. Estudantes e professores, considerando as realidades metropolitanas em seus contextos de superdiversidade, podem buscar estabelecer acordos que privilegiem o reconhecimento das formas comunicacionais de seus atores, respeitando suas especificidades, sem se furtar ao ensino da língua em sua norma-padrão.

Ao ampliar repertórios e alargar fronteiras linguísticas, podemos contribuir para uma maior diversidade cultural no interior da escola, favorecendo uma perspectiva inclusiva e fomentando a diversidade em múltiplas dimensões. Isso promove um entendimento das diferentes formas de manifestação da língua e da cultura no ambiente escolar. A expectativa é que, ao longo de nossa conversa, possamos compartilhar repertórios de ações que contribuam para a construção desse ambiente pedagógico superdiverso.

** Fábio Américo Tonnetti, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa (UFV). No contexto da lusofonia, atuou em Macau e em Timor-Leste, desenvolvendo pesquisas sobre identidade e interculturalidade.*

Encruzilhadas de linguagens: as línguas que usamos e a língua que precisamos ensinar

* *Laura Márcia Luiza Ferreira*

A maioria das instituições brasileiras adota o uso da língua portuguesa formal, apesar de a sociedade ser composta por grupos com diversas formações raciais e sociais, que, por sua vez, podem utilizar a língua de maneiras distintas ou até mesmo empregar outros idiomas. Isso ocorre, por exemplo, com crianças e adolescentes indígenas ou em situações de migração. As formas como utilizamos a linguagem refletem as diversas comunidades às quais pertencemos e nas quais participamos.

A escola é uma dessas comunidades, composta por professores e estudantes que nem sempre compartilham o mesmo repertório comunicativo. Segundo a proposta de educação para a justiça sociolinguística de Zavala (2019), a escola deve promover tanto a valorização e legitimação dos repertórios dos estudantes quanto o acesso à língua de prestígio. As línguas que utilizamos e que ensinamos se cruzam no contexto da sala de aula, o que nos leva a questionar como lidar com essas fronteiras linguísticas.

Entendemos o trabalho dos docentes na área de linguagens como algo que se desenvolve a partir dessas fronteiras (TONETTI; FERREIRA, no prelo) ou encruzilhadas (FERREIRA, no prelo; SILVA, 2023; RUFINO, 2019). Para ilustrar esse cenário, contextualizamos experiências de ensino de português em salas de aula interculturais e plurilíngues, realizadas em uma universidade fronteira e bilíngue. Posteriormente, discutimos como certas teorias linguísticas e metodologias de ensino de línguas podem contribuir para o silenciamento de determinadas formas de uso da língua.

Por fim, exploramos as potencialidades e limitações implicadas nas encruzilhadas e fronteiras que surgem entre os diferentes repertórios comunicativos presentes nas salas de aula de ensino de línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERREIRA, Laura Márcia Luiza. *O português como língua adicional nas encruzilhadas de linguagem da Unila*. In: CARVALHAL, Tatiana; PRADO, Fernando Correa; GIMENEZ, Heloísa, *Coleção Semillas*. Foz do Iguaçu: Edunila (no prelo).

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Exu: o guardião da casa do futuro*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2023.

TONNETTI, Flávio; FERREIRA, Laura Márcia Luiza. *Aula na fronteira: a linguagem nas margens do outro*. (no prelo)

ZAVALA, V. *Justicia sociolinguística para los tiempos de hoy*. *Íkala, Revista de Lenguaje y Cultura*. Medellín, Colombia, vol. 24, no. 2, may-august, 2019, p. 1-18. Disponível em: www.udea.edu.co/ikala. Acesso em: 20 set. 2020.

* *Laura Márcia Luiza Ferreira*, professora, doutora em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-graduação do Cefet-MG, mestre em linguística aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e licenciada em Letras (Português/Francês), também pela UFMG.

MULHERES NA TRINCHEIRA: ROMPENDO COM OS ELOS MACHISTAS PARA PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO

De onde viemos e para onde vamos? Uma genealogia do conceito de gênero

** Cristiane Fairbanks*

Para pensar em um mundo igualitário e justo, não basta o feminismo; é necessária também a constituição de uma nova masculinidade, uma vez que toda a nossa organização política e social atual se baseia na divisão do ser humano em dois gêneros distintos e bem delimitados. Além disso, a questão de gênero não pode ser considerada isoladamente: a interseccionalidade com classe social, raça, idade, orientação sexual e identidade deve ser somada na construção das trincheiras contra o preconceito, a discriminação e a violência.

Professores, coordenadores, diretores, supervisores, agentes e auxiliares – os profissionais “linha de frente” – são responsáveis pela formação de estudantes capazes de reconhecer experiências históricas e as diferentes contribuições culturais que moldam nossa sociedade. Isso os leva a refletir de forma crítica e a construir um novo “paradigma”, distinto do atual, em que o desrespeito ao outro não exista. O reconhecimento da alteridade – do outro, que não sou eu, que é diferente de mim – é um excelente caminho a ser pavimentado na busca pela igualdade e equidade de gênero.

Quando separamos brincadeiras de menino e de menina? Por que liberamos os meninos para jogar bola enquanto as meninas têm que cumprir tarefas domésticas antes de brincar? Por que o menino não pode brincar de boneca, se isso o ensina sobre o cuidado com o outro? Refletir sobre as nossas práticas cotidianas e sobre o papel do feminino na sociedade, a partir de uma breve digressão sobre a constituição dos direitos das mulheres e as conquistas dos últimos dois séculos, pode nos proporcionar a perspectiva necessária para avançar.

Nesta jornada, não estaremos sozinhas; muitas, antes de nós – como Bell Hooks, Angela Davis e Judith Butler – já pavimentaram este conhecimento, que agora nos apoia para darmos a nossa contribuição. Sigamos pavimentando, pois, afinal, esta estrada vai além do que se vê...

** Cristiane Fairbanks, filósofa, pesquisadora, escritora, advogada e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).*

31 DE OUTUBRO DE 2024

MULTICULTURALISMO, PERTENCIMENTO E IDENTIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Multiculturalidade, interculturalidade e antirracismo em ambiente escolar: uma perspectiva acadêmico-ativista

** Antonio Carlos Malachias*

No bojo das sociedades globalizadas, pós-modernas modernas e racializadas as características, multicultural e intercultural incidem de diversas maneiras sobre o pertencimento e as identidades no ambiente escolar, influenciando a experiência escolar de docentes e estudantes em termos de ensino e aprendizagem. Tanto o multiculturalismo quanto o interculturalismo reconhecem e celebram a diversidade cultural como um aspecto benéfico das sociedades contemporâneas. Ambos promovem o respeito pelas diferenças e defendem os direitos culturais das minorias, lutando contra a discriminação e o preconceito. No entanto, suas abordagens diferem.

O interculturalismo enfatiza a importância da interação e do diálogo contínuos entre grupos culturais, privilegiando o intercâmbio de experiências e o enriquecimento mútuo. Essa abordagem busca evitar a segregação cultural e criar um ambiente em que as culturas se misturam e colaboram. Por outro lado, o multiculturalismo foca na coexistência pacífica das culturas, permitindo que cada grupo preserve suas tradições sem a necessidade de interações profundas com os outros.

Sabemos que a construção da identidade dos alunos, que é influenciada por fatores culturais, étnico-raciais e territoriais pode ser favorecida ou prejudicada pelo ambiente escolar. Quando as culturas dos alunos são celebradas, isso pode resultar em uma identidade positiva e segura. No entanto, em contextos nos quais existem situações de discriminação e preconceito os estudantes discriminados podem enfrentar crises de identidade que interferem em suas trajetórias escolares. O objetivo da exposição é promover reflexões sobre multiculturalismo e interculturalismo sob a ótica da relações étnico-raciais e do antirracismo.

** Antonio Carlos Malachias, ativista social, mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana também pela USP.*

Construindo escolas antirracistas: práticas e perspectivas para uma educação plural

A escola desempenha um papel crucial na formação de uma sociedade verdadeiramente plural e inclusiva. Para isso, é essencial adotar uma abordagem antirracista que não apenas reconheça as diversidades culturais, mas que também valorize e integre essas diferenças no cotidiano escolar, de modo que o ambiente escolar seja um espaço onde toda a comunidade - estudantes, docentes, familiares, funcionários em geral - tenham suas origens étnicas, raciais ou culturais respeitadas e contempladas nas práticas e produções pedagógicas.

A construção de uma escola efetivamente inclusiva e plural requer uma (re)visão crítica do currículo, seja a partir de reformulações ou da inversão de perspectiva sobre o que já está posto. Nesse sentido, as múltiplas identidades devem estar contempladas nas práticas pedagógicas. Ao invés de reforçar estereótipos e preconceitos, a educação deve promover uma compreensão ampla e rica das pluralidades, utilizando as novas tecnologias como aliadas nesse processo. Além disso, é vital que tanto estudantes quanto as pessoas educadoras sejam vistas de maneira integral, reconhecendo suas experiências, histórias e identidades, a fim de promover uma educação efetivamente democrática e de qualidade. Promover uma educação antirracista e inclusiva implica também desenvolver mentes interculturais, capazes de lidar com as complexidades da contemporaneidade.

O olhar para as questões raciais e de gênero não devem surgir apenas como tema transversal ou em datas pontuais; é preciso encará-lo enquanto princípio epistemológico e metodológico, projeto estruturante para uma escola - e uma sociedade - que se propõe justa, respeitosa e efetivamente educadora.

** Lara Rocha, mestre em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, na área de Literatura Afro-brasileira e Educação para as Relações Étnico-Raciais, pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), gestora da área de Educação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) e representante do Ceert no Fórum Nacional de Educação e na Cadara - Comissão do Ministério da Educação que trata de Educação e Relações Raciais.*

QUESTÃO DE GÊNERO: ESCOLA, AMBIENTE DE DIVERSIDADE

** Waldete Tristão Farias Oliveira*

Nesta mesa, destacaremos o papel fundamental da escola como ambiente de socialização para crianças e adolescentes, onde os estudantes têm a oportunidade de se relacionar com colegas, professores e funcionários em um ambiente seguro e acolhedor. É um lugar de convivência entre pessoas de diferentes origens, culturas e modos de ser e estar no mundo. Um espaço para pertencer a um grupo, a uma comunidade, onde a inclusão é fundamental para o desenvolvimento saudável e o aprendizado.

A escola, comprometida com a desconstrução de estereótipos de gênero, garante aos estudantes, independentemente do sexo biológico, não só o acesso igualitário a todas as áreas do conhecimento, mas também aos banheiros e ao uso de vestimentas que correspondam à sua identidade de gênero.

Outro compromisso deve ser com um currículo inclusivo que aborde conteúdos sobre a diversidade de gênero, a história de mulheres importantes, a luta pelos direitos LGBTQIA+ e a valorização das identidades não binárias.

No campo da formação de professores, é essencial combater qualquer forma de intolerância ou discriminação, além de garantir a presença de livros e materiais que revelem a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. Destacamos também a relação intrínseca entre os marcadores sociais de gênero e raça, que estão interligados e não podem ser considerados isoladamente.

Portanto, o conceito de interseccionalidade, popularizado pela filósofa e ativista Angela Davis, entra em cena para reconhecer que as experiências de opressão e privilégio não podem ser entendidas de forma separada, pois se entrelaçam e se manifestam de maneira complexa.

Finalizamos reconhecendo que essas intersecções revelam desigualdades estruturais profundas, fundamentais para promover a transformação e a justiça social.

** Waldete Tristão Farias Oliveira, escritora, professora, ativista pela infância e relações raciais e pesquisadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert).*

O ENSINO DE ARTE PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA.

** Raquel Valle Martins*

A arte: onde ela está? Dentro ou fora das escolas, museus e instituições culturais? Existe diferença entre a arte dentro e fora da escola? Quando os homens da pré-história pintaram as cavernas, onde estava a arte? A humanidade desenvolveu atividades artísticas antes de se tornar escritora, construir assentamentos e desenvolver a agricultura. Os registros das sociedades que viveram em cavernas foram feitos através da arte. Pode-se afirmar que a arte nasceu com o ser humano.

Ao longo do tempo, muitas teorias foram elaboradas sobre a origem da arte, sua constituição, os meios de produção e sua necessidade para o ser humano, mas nunca foi considerada desnecessária. A arte existe dentro de cada um de nós; acima de tudo, é uma necessidade de expressão pessoal em relação ao mundo que nos cerca. Pode se manifestar em desenho, pintura, escultura, canções ou montagens teatrais. Cada pessoa deve buscar seus próprios meios de expressão, suas técnicas e formas de produção.

No entanto, muitos muros foram construídos ao redor da arte. Como transpô-los? Quais muros abriremos portas, quais derrubaremos e com quais conviveremos? Encarar esses questionamentos não é tarefa fácil. Cabe ao professor, como facilitador do processo de aprendizagem, incentivar o jovem a procurar seu caminho de expressão artística, apresentar recursos de produção e orientar seu crescimento cultural, técnico, crítico e criativo.

A convivência entre os dois lados desses muros, construídos ao longo da história, é enriquecedora. Nada é mais edificante que a convivência pacífica entre diferentes grupos sociais, de múltiplas origens étnicas, faixas etárias e possibilidades materiais. A arte foi, é e sempre será inerente à sociedade.

“Enquanto a própria humanidade não morrer, a arte não morrerá.” (FISCHER, 1987, p. 254).

** Raquel Valle Martins, arte-educadora, artista plástica, musicista e escritora, graduada em Educação Artística pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).*

TECNOLOGIA ASSISTIVA E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA PÚBLICA

** Jessica Novoa*

A escola pública vivencia, em suas ações pedagógicas, desafios constantes no campo educacional, entre os quais se destacam a inclusão e o movimento incessante das tecnologias digitais no contexto educativo.

Desta forma, o professor deve ser incentivado a utilizar recursos e estratégias de ensino que propiciem a aprendizagem, além de desenvolver a autonomia e a participação dos estudantes de acordo com suas especificidades individuais.

Para tanto, é fundamental que o professor receba formação continuada, alicerçada nos princípios da diversidade e dos direitos humanos. Nesse contexto de cibercultura, é essencial que, de forma planejada e com objetivos claros, desenvolvamos práticas inclusivas para os estudantes com deficiência.

Pensar em práticas inclusivas que sejam funcionais para esses estudantes requer, primordialmente, o conhecimento sobre tecnologia assistiva, a fim de eliminar barreiras no cotidiano escolar. Isso promove a funcionalidade das pessoas com deficiência nas ações diárias das quais participam, auxiliando o professor a criar um processo de ensino e aprendizagem que esteja em consonância com a realidade educacional vivenciada.

Levar o professor a conhecer e refletir sobre os recursos e estratégias de ensino, a partir da utilização da tecnologia assistiva, propicia a busca por soluções para as possíveis dificuldades enfrentadas quanto à participação dos estudantes. Isso se dá em um locus onde todos possam aprender e participar, com base em práticas que priorizam a acessibilidade.

Seguindo os princípios do desenho universal para a aprendizagem, onde podemos incluir recursos de tecnologia assistiva, partimos do pressuposto de que todos são capazes de aprender. O planejamento de estratégias, recursos, metodologias, ferramentas e práticas de ensino deve ser orientado pela diversidade e pela cultura da escola.

Por fim, esta formação tem o intuito de fortalecer a ação pedagógica, valorizando os profissionais que atuam na educação contemporânea.

** Jessica Novoa, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); especialista em Políticas Educacionais pela UFPR e em Educação Especial e Inclusiva pelas Faculdades Integradas Camões.*

DIALOGAR, VALORIZAR, RESPEITAR: REFLEXÕES DO QUADRO DE APOIO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Trabalho e saúde mental: um olhar psicanalítico

** Otávio Augusto Moreira D'Elia*

Nos últimos anos, assistimos a mudanças vertiginosas nas relações de trabalho, principalmente devido às novas tecnologias digitais e à inteligência artificial. Essas transformações causam desorganização nas formas tradicionais de trabalho, extinguindo postos e tornando obsoletas diversas atividades. Aplicativos, assistentes virtuais e robôs substituem o trabalho humano, levando a população ativa a buscar alternativas ao emprego formal. Cada vez mais, as pessoas são forçadas a se tornarem “empresários de si mesmos”, gerindo a própria vida para sobreviver no mercado altamente competitivo.

Essas mudanças resultam em precarização do trabalho e perda de direitos trabalhistas, com as organizações exigindo mais flexibilidade e produtividade. Isso enfraquece a solidariedade entre trabalhadores e promove um ambiente de competição acirrada, lembrando o "estado de natureza" descrito por Hobbes, onde a desconfiança prevalece.

No campo da legislação, observamos a destruição progressiva das garantias constitucionais trabalhistas, acelerando a adoção de novas formas de trabalho, especialmente aquelas mediadas por plataformas digitais. Essas transformações afetam tanto o setor público quanto o privado, gerando quadros de sofrimento psíquico entre trabalhadores, como ansiedade, depressão e burnout. Adoecimentos psicossomáticos e queda da imunidade, decorrentes do esgotamento físico e mental, também se tornam comuns.

O aumento do sofrimento psíquico na população ativa requer novas estratégias de intervenção e cuidado. Este cenário demanda reflexões urgentes sobre os impactos das novas formas de organização do trabalho e seus efeitos sobre o indivíduo. Autores como Christophe Dejours, Richard Sennett e Byung-Chul Han oferecem importantes contribuições para analisar essas mudanças e seus efeitos. Dejours, por exemplo, em "A Loucura do Trabalho", avançou nos estudos da psicopatologia do trabalho, enquanto Sennett, em "A Corrosão do Caráter", compara gerações afetadas pela precarização laboral.

Essas reflexões são fundamentais para compreender as transformações no mundo do trabalho, alertando para a urgência de debater e agir em prol da saúde mental dos trabalhadores, que estão cada vez mais vulneráveis diante dessa nova realidade.

** Otávio Augusto Moreira D'Elia, psicólogo clínico, psicanalista, membro do Departamento de Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, procurador do Estado aposentado, mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), graduado em Filosofia pela USP.*

O Quadro de Apoio como pilar da educação pública municipal de São Paulo

** Fabiana Sarlo*

Esta palestra discutirá a relevância dos profissionais do Quadro de Apoio, em especial os auxiliares técnicos de educação (ATEs) e agentes escolares nas escolas públicas da cidade de São Paulo. Com o foco na consigna "educar e cuidar", o evento trará à tona as lutas do SINPEEM por melhores condições de trabalho, salários justos e evolução funcional para esses trabalhadores.

Serão analisadas as atribuições legais do Quadro de Apoio, conforme o Decreto nº 54.453/2013, artigo 22, inciso XI, destacando sua contribuição na gestão escolar, no acolhimento e atendimento aos alunos, incluindo aqueles com deficiência e neurodivergência.

A mesa enfatizará a importância de reconhecer o papel político desses profissionais na construção de uma educação pública de qualidade, defendendo suas carreiras e condições laborais.

** Fabiana Sarlo, especializada em Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis - ABA), neuropsicopedagoga, MBA em Gestão de Pessoas.*

VAMOS FALAR SOBRE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS)?

Da lousa à nuvem: a evolução necessária na formação de professores

** Siderly do Carmo Dahle de Almeida*

A formação de professores para a integração de metodologias ativas e tecnologias digitais na prática docente é um tema de crescente relevância no cenário educacional contemporâneo.

À medida que as demandas educacionais do século XXI se tornam mais complexas, exigindo habilidades como pensamento crítico, colaboração e fluência digital, os docentes se veem diante do desafio de transformar suas práticas pedagógicas para atender a essas novas necessidades. No entanto, a efetiva integração de metodologias ativas e tecnologias digitais no currículo e no cotidiano escolar enfrenta diversos obstáculos.

Muitos professores, formados sob paradigmas educacionais tradicionais, sentem-se despreparados para incorporar tais inovações em suas práticas. A formação inicial docente, em muitos casos, ainda não contempla adequadamente o desenvolvimento de competências para o uso pedagógico das tecnologias digitais e a implementação de metodologias ativas.

Mesmo quando há oferta de formação continuada nessas áreas, frequentemente ela ocorre de forma descontextualizada ou sem considerar as realidades e limitações dos diferentes contextos educacionais. Permeia a formação inicial docente a fragilidade quanto ao exercício prático da profissão por professores em formação. Nesta conjuntura, é necessário que os cursos proponham mais atividades práticas para que essas aproximem os futuros professores do cotidiano do espaço escolar.

Por outro lado, é preciso cuidar para não focar excessivamente em aspectos técnicos do uso de ferramentas digitais, sem proporcionar reflexões aprofundadas sobre as implicações pedagógicas dessas tecnologias ou sobre como integrá-las de forma significativa ao currículo e às práticas de ensino.

Neste contexto, é essencial investigar como a formação de professores pode ser aprimorada para promover uma integração mais efetiva e significativa de metodologias ativas e tecnologias digitais na prática docente.

** Siderly do Carmo Dahle de Almeida, doutora em Educação: Currículo
pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).*

GESTÃO DO TEMPO E COMPORTAMENTO NO MUNDO DIGITAL

** Eziqiel Menta*

No cenário atual, marcado pela crescente presença da tecnologia, a Inteligência Artificial (IA) surge como uma ferramenta poderosa para transformar a educação. No entanto, há uma perspectiva que merece ser explorada: mesmo com a introdução da IA e de outras inovações tecnológicas, a educação tradicional pode não apenas sobreviver, mas se fortalecer. Isso ocorre, em parte, porque muitos dos sistemas e soluções digitais são projetados por profissionais de fora da educação, trazendo consigo visões que podem, paradoxalmente, reforçar abordagens pedagógicas convencionais.

Nesta apresentação, discutiremos como a IA, apesar de ser desenvolvida com o objetivo de inovar, muitas vezes acaba operando dentro de estruturas e práticas tradicionais, sustentando estilos de ensino que já conhecemos. Ferramentas de personalização da aprendizagem, por exemplo, podem acabar reforçando a lógica tradicional de transmissão de conhecimento, enquanto os professores assumem um papel ainda mais central na mediação entre tecnologia e aluno.

O uso da IA na educação traz também importantes pontos de atenção, como o viés algorítmico, a proteção de dados e a dependência tecnológica. Essas questões se somam à necessidade de repensar como a tecnologia pode servir aos objetivos da educação, em vez de moldá-la segundo lógicas externas, como as do mercado e da produtividade. O desafio está em utilizar essas ferramentas para melhorar a eficiência sem abrir mão dos valores centrais do ensino: a formação integral do aluno, a ética nas práticas educacionais e o fortalecimento do vínculo entre educador e estudante.

** Eziqiel Menta, professor, mestre em Educação, Linha Cultura Escola e Ensino do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPR), doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Especialista em Informática Educativa pela Universidade Federal do Espírito Santo e membro do Grupo de Pesquisa Professor, Escola e Tecnologias Educacionais (Gepete) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).*

Programe-se ou seja programado

* *Álvaro Martins Fernandes Júnior*

Em 2010, o teórico de mídia Douglas Rushkoff publicou o *Program or be Programmed: Ten Commands for a Digital Age* (Programe ou seja programado: dez comandos para uma vida digital).

A tese central de Rushkoff é clara: ou aprendemos a programar ou seremos programados. Segundo ele, dominar a programação nos dá acesso ao "painel de controle da civilização", e, sem esse conhecimento, perdemos autonomia.

Rushkoff argumenta que muitas expectativas sobre a internet não se concretizaram. A promessa de uma sociedade mais conectada e criativa resultou em desconexão e perda de valores. Como exemplo, educadores que esperavam discussões ricas com seus alunos sobre a web se deparam com jovens que fazem pesquisas superficiais, enquanto pais que acreditavam no desenvolvimento da multitarefa veem seus filhos perdendo a capacidade de foco.

Ele também critica a ideia de inteligência coletiva de Pierre Lévy, afirmando que o ciberespaço se assemelha mais a uma "multidão cibernética", onde as pessoas são moldadas por sistemas digitais. Enquanto isso, os computadores se tornam cada vez mais autônomos. Diante disso, Rushkoff defende uma reorganização no modo como trabalhamos, educamos e vivemos.

O autor faz um chamado para que tenhamos um relacionamento mais consciente com a tecnologia, aprendendo a dominar suas ferramentas. Não basta apenas usar os programas oferecidos; é preciso ensinar as futuras gerações a criar seus próprios softwares e entender os vieses das tecnologias que influenciam nossas vidas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

RUSHKOFF, Douglas. *Program or be programmed: ten commands for a digital age*. New York: OR Books, 2010.

* *Álvaro Martins Fernandes Júnior*, mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações pelo Centro Universitário Cesumar (Unicesumar) e doutor em Educação.

EDUCAÇÃO INFANTIL É NA REDE DIRETA: VERBA PÚBLICA PARA A ESCOLA PÚBLICA E ESTATAL

* *Beatriz Campanharo*

A área da Educação é uma despesa obrigatória do governo, pois constitui um direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988. Apesar disso, o Brasil tem vivenciado, desde os anos 1990, um fenômeno que transforma direitos sociais em serviços. Sob um pretense discurso de eficiência, gestão de recursos e foco em prioridades governamentais, a privatização se insere no projeto político-ideológico de abrangência global: o neoliberalismo. Através da implementação de políticas de Estado mínimo, o neoliberalismo adota o mercado como modelo lógico universal, promovendo uma visão utilitarista do ser humano, que é visto como uma "empresa de si mesmo".

Em São Paulo, as parcerias público-privadas (PPPs) tornaram-se a forma preferencial de expansão da oferta de vagas para crianças de 0 a 3 anos, visando justificar a enorme demanda por essas vagas. Em 2005, os recursos destinados a essas parcerias representavam 2,3% do total do orçamento da educação; em 2018, esse número subiu para 20,9%, enquanto o atendimento na rede direta permaneceu praticamente estagnado. Em relação às matrículas, as redes parceiras representavam, em 2018, 85% das matrículas na educação infantil de 0 a 3 anos (LARA; SANTOS, 2020).

Um modo de operacionalização da privatização que tem sido pouco discutido é a atuação das fundações. Essas fundações operam na venda de pacotes pedagógicos, na formação de professores e em programas para a gestão de escolas e redes de ensino. A Fundação Lemann, por exemplo, é mantenedora da plataforma digital mais notável na área: a Nova Escola. A Nova Escola foi o único veículo de imprensa presente nas audiências públicas organizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para discutir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Uma das tarefas centrais atribuídas pela Nova Escola aos professores é o ensino das competências socioemocionais.

A presente palestra busca discutir o viés político-ideológico dessas fundações e suas implicações tanto no papel docente quanto na formação das crianças.

* *Beatriz Campanharo*, professora de educação infantil da rede municipal de São Paulo, mestre e doutoranda em Educação (História, Política, Sociedade), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

01 DE NOVEMBRO DE 2024

REINVENÇÃO DA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE ATUALIZAÇÃO DO MODELO ESCOLAR

Novas tecnologias: implicações éticas, afirmação de direitos e combate ao racismo

** Rosa Sílvia Lopes Chaves*

Sabemos que nossa sociedade é bombardeada por informações e nem sempre por conhecimentos. Nesta perspectiva destacamos o papel social da escola pública e os desafios éticos e críticos na construção de conhecimentos, tendo como mote a transformação da sociedade. Implica ter como princípios a pluralidade, a democracia, a afirmação de direitos, a valorização e reconhecimento da diferença em prol da justiça social.

Nest sentido, buscaremos tensionar as questões referentes às desigualdades e matrizes de opressão de gênero, raça-etnia, classe social, idade, dentre outras hierarquias socialmente construídas na discussão sobre o papel social da escola e da incorporação de novas tecnologias, como a inteligência artificial, Chat GPT, a produção, a acumulação de dado e o uso de plataformas digitais.

Tal discussão se amplia ao considerarmos que as novas tecnologias não são neutras, pois estão permeadas pelas estruturas e lógicas de poder e regimes de verdade. Temos, portanto, o desafio de romper com o eurocentrismo e os decorrentes aprisionamentos frutos da “colonialidade do poder, do saber e do ser” no cotidiano das práticas educativas e nos diversos projetos políticos-pedagógicos. Construir uma escola cidadã com qualidade é a tradução de um efetivo projeto democrático que coaduna com a garantia de direitos das crianças e adolescentes e pressupõem a reinvenção da escola no diálogo permanente com alunos e alunas, famílias, comunidade, com pesquisas acadêmicas e principalmente com os movimentos sociais antirracistas.

** Rosa Sílvia Lopes Chaves, doutora em Educação pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).*

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PROFISSIONIS E CURRÍCULO PARA GARANTIR AS APRENDIZAGENS

** Luciana Cury*

A política de Atendimento Educacional Especializado (AEE) enfrenta desafios substanciais que exigem uma abordagem estratégica e o firme compromisso dos gestores públicos para garantir uma educação inclusiva e equitativa. Primeiramente, é imperativo que os gestores compreendam e promovam o verdadeiro sentido pedagógico do AEE e o conceito de equidade. Essa compreensão deve guiar a elaboração e implementação de políticas que promovam uma Educação Inclusiva eficaz. Cabe aos líderes educacionais assegurar que os recursos e estratégias pedagógicas sejam adequados às necessidades individuais dos alunos, combatendo preconceitos e estigmas relacionados à deficiência.

A formação adequada dos profissionais de educação é outro aspecto essencial sob a responsabilidade dos gestores. É crucial que esses profissionais recebam treinamento contínuo e relevante para enfrentar os desafios do AEE e oferecer suporte efetivo aos estudantes. A criação de módulos de formação que atendam às demandas práticas e a constituição de redes integradas com equipes multidisciplinares são ações que devem ser incentivadas e apoiadas pelos gestores públicos.

Além disso, o financiamento adequado é vital para a implementação e manutenção de programas de AEE de qualidade. Os gestores públicos têm a responsabilidade de garantir que os recursos financeiros necessários sejam alocados e geridos de forma eficaz, assegurando que as políticas de inclusão não permaneçam apenas no plano teórico, mas sejam efetivamente implementadas no cotidiano escolar.

A superação desses desafios e a efetivação de uma educação inclusiva e equitativa dependem de um comprometimento político sólido. Os gestores devem assegurar a implementação eficiente das políticas públicas e o envolvimento ativo de todos os atores educacionais. Somente com um esforço conjunto, baseado em uma compreensão profunda do AEE e da Educação Inclusiva, será possível promover uma educação que atenda verdadeiramente às necessidades de todos os estudantes, garantindo oportunidades justas e igualitárias.

** Luciana Cury, mestre em Educação e especialista em direito educacional.*

DISCURSO IDEOLÓGICO NO MUNDO DIGITAL

** Luís Fernando Lopes*

O neoliberalismo, com seu discurso sedutor de autonomia e empreendedorismo, tem moldado o mundo do trabalho de maneira profunda. No contexto das plataformas digitais, essa ideologia se manifesta de forma particularmente perversa. Ao transformar o trabalho docente em uma atividade individualizada e competitiva, o neoliberalismo dissimula as relações de poder assimétricas subjacentes a essas plataformas. Termos como “autonomia” e “flexibilidade” são usados para justificar jornadas de trabalho extenuantes, sem direitos trabalhistas e com remuneração precária. A ideia de que o docente é um “empreendedor de si mesmo” oculta a exploração e a intensificação do trabalho, características intrínsecas desse modelo.

A semântica neoliberal, com seu vocabulário aparentemente inofensivo, atua na legitimação das plataformas digitais. Nesse contexto, as redes sociais apresentam uma faceta ambivalente. Por um lado, podem ser poderosas ferramentas de mobilização social e combate às desigualdades. Por outro, também disseminam discursos de ódio, Fake News e desinformação. Essa ambivalência se reflete no campo da educação: se por um lado democratizam o acesso ao conhecimento e promovem a interação entre estudantes e professores, por outro reforçam preconceitos, estereótipos e desigualdades.

Para enfrentar os desafios impostos pelas plataformas digitais e redes sociais, é fundamental que a educação desempenhe um papel central. Escolas e universidades precisam promover a educação crítica, o letramento digital e o desenvolvimento de habilidades para lidar com a informação. Além disso, é necessário que educadores se organizem e lutem por condições de trabalho dignas e por uma educação pública de qualidade. A luta contra a precarização do trabalho docente é essencial para garantir uma educação democrática e inclusiva.

** Luís Fernando Lopes, mestre e doutor em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), professor da área de humanidades e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional Uninter, coordenador do projeto de pesquisa “Relações entre educação, tecnologia, humanismo e ética”.*

O MODELO PREDATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

** Aly David Arturo Yamall Orellana*

Esta palestra, em formato de roda de conversa, se constitui como um espaço contracolonial, trazendo a cosmovisão e os saberes dos povos indígenas para dentro do sistema educacional, em face dos desafios que a humanidade enfrenta, principalmente a emergência climática ocasionada pelo modelo de desenvolvimento extrativista predatório em curso. Esse diálogo intercultural apresenta os saberes ancestrais como uma forma de "reflorestar" as mentes e reencantar a relação entre o ser humano e a natureza, que se encontra desencantada.

O antropocentrismo nos diz constantemente que somos racionais e superiores a todas as outras formas de vida, levando-nos a crer que não fazemos parte da natureza. Precisamos acalmar nossos ânimos e corações e nos reconhecer como seres humanos integrados à natureza. É fundamental colocar a natureza no centro do desenvolvimento humano.

Nesse contexto, acreditamos que o modo de vida indígena oferece uma estratégia eficaz para proteger a natureza e combater a crise climática. Por isso, é essencial dialogar com os indígenas nos "laboratórios da floresta" para refletirmos sobre "ideias para adiar o fim do mundo".

** Aly David Arturo Yamall Orellana, pesquisador em Educação Escolar Indígena.*

Imperialismo, terra e resistência: a dinâmica do capital no Brasil

**** Natália Silva de Souza***

Os quilombos representam a resistência negra no Brasil colonial e se mantêm até hoje, se adaptando às mudanças trazidas pelo capitalismo. Esta questão deve ser analisada em uma perspectiva global, já que a reprodução do capitalismo acontece em escala internacional. No Brasil, esta dinâmica se reflete em um capitalismo dependente, caracterizado pela continuidade do legado escravista-colonial, trocas desiguais e a superexploração do trabalho.

Neste cenário, a mercantilização e a financeirização da terra, junto à permanência do latifúndio, são aceitas como normais, enquanto a acumulação de capital por meio do imperialismo busca novos espaços para a expropriação e valorização.

Desta forma, a palestra se organiza em três eixos: a relação entre imperialismo e capitalismo dependente, a questão agrária no Brasil e a resignificação dos quilombos na atualidade. O objetivo é revelar como o capitalismo se apropria e transforma novas formas de organização social, sempre dentro de sua estrutura e das relações de produção interligadas ao contexto internacional.

**** Natália Silva de Souza, assessora de relacionamentos e parcerias Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), cientista política (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio) e mestra em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).***

ULTRALIBERALISMO E PAUTAS CONSERVADORAS: UM PROJETO DE DESCONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

O avanço da direita na educação: fenômeno mundial

** Madalena Guasco Peixoto*

O projeto ultraliberal traz profundas modificações econômicas, políticas e sociais, aumentando as desigualdades com a retirada do Estado do campo dos direitos. Promove reformas estruturais de desregulamentação e eliminação de direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários. Esse modelo provoca desindustrialização, abandono dos investimentos em infraestrutura e fortalecimento do capital financeiro em detrimento do produtivo, gerando aumento da concentração de riqueza, desemprego, informalidade e empobrecimento. Além disso, enfrenta-se uma crise inflacionária e o rebaixamento do PIB em diversas partes do mundo.

Como reação à crescente resistência contra as desigualdades, observa-se um avanço mundial e organizado da direita, com ataques à democracia, criação de um ambiente de medo e confronto, guerras culturais e uma disputa ideológica acirrada e profissional. Faz parte desse projeto o ataque aos movimentos de resistência e à educação crítica. A preservação do meio ambiente é negligenciada, assim como cresce a intolerância religiosa e a proliferação de grupos armados.

No campo educacional, o ultraliberalismo promove uma reforma global com ataques à educação crítica e democrática, privatização da gestão escolar, uso de plataformas padronizadas e precarização contínua do trabalho docente. No Brasil, essas reformas começaram a ser implementadas mais intensamente a partir de 2016, com mudanças curriculares, ampliação da participação de grupos de capital aberto através de fundações, fortalecimento de avaliações estatísticas, expansão do ensino a distância (EaD) de baixa qualidade e crescimento das Escolas Cívico-Militares.

A precarização do trabalho docente é evidenciada pela contratação temporária e por prestação de serviços, que hoje já ultrapassa o número de professores efetivos na educação pública. O projeto de educação pública, universal, democrático e inclusivo está em risco no Brasil. Para frear o avanço do ultraliberalismo, é essencial compreender o fenômeno em curso e organizar uma resistência consciente e atuante.

** Madalena Guasco Peixoto, doutora em Educação, professora titular do Departamento de Fundamentos, Políticas e Gestão da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e diretora da Faculdade de Educação da PUC-SP.*

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E SUSTENTABILIDADE

** Gabriel Salgado*

A educação pode permitir que crianças e adolescentes desenvolvam vínculos com a natureza, aprimorem habilidades e construam conhecimentos para enfrentar desafios globais interconectados, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e o uso insustentável dos recursos naturais. Apesar disso, estudos globais da Unesco, realizados em 2021 sobre 100 bases curriculares nacionais, revelam que, embora 95% dos professores de ensino fundamental e médio considerem o ensino sobre mudanças climáticas essencial, menos de 30% possuem recursos adequados para abordá-lo. Além disso, 70% dos jovens relatam dificuldades para explicar o conceito de mudança climática, e 47% das bases curriculares sequer mencionam essa crise.

Diante do agravamento das crises socioambientais, é cada vez mais importante que as escolas adaptem suas práticas a esses desafios. Um currículo torna-se mais vivo e significativo quando contextualizado às grandes questões que a humanidade enfrenta. A educação baseada na natureza propõe que a escola seja o locus privilegiado para um ecossistema inclusivo de abordagens, como educação ambiental crítica, educação para a sustentabilidade, educação climática e ao ar livre. Essa abordagem valoriza a interdependência da vida, promovendo o protagonismo de crianças e adolescentes na transição verde de nossas sociedades.

A palestra busca apresentar essa proposta por meio de quatro dimensões essenciais para as escolas brasileiras: o currículo, a infraestrutura escolar, a conexão com a comunidade e o território, além do papel das escolas no repensar das cidades em resposta à emergência climática.

** Gabriel Salgado, gerente de educação e culturas infanto-juvenis no Instituto Alana. Mestrando na área de Estado, Sociedade e Educação, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), graduado em jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).*

Relação com a natureza como base do projeto político-pedagógico

* Ana Carol Thomé

Atualmente, diversas pesquisas apontam os impactos da relação com a natureza no desenvolvimento integral das crianças. Na contramão dos benefícios, os estudos revelam que as infâncias brincam cada vez menos livremente ao ar livre e com a natureza. Richard Louv, jornalista estadunidense, aborda os processos de adoecimento das crianças em seu livro *A Última Criança na Natureza* (2016). O conjunto de sintomas que ele denomina Transtorno de Déficit de Natureza é perceptível nas crianças que temos ao nosso redor.

Nesse contexto, é essencial e urgente promover a relação entre crianças e natureza. Quando, onde e como essa relação está acontecendo? Para muitas crianças, é na escola que elas vivenciam boas experiências com a natureza. A escola é um espaço de conhecer e aprender sobre o mundo, além de ser um local que garante direitos. Brincar com e na natureza é a principal maneira de aprender sobre e com o mundo.

Como é possível qualificar as oportunidades de relação com a natureza na escola? Como sustentar práticas pedagógicas embasadas na natureza a partir dos documentos oficiais que orientam a educação brasileira e municipal? Ao longo de mais de 15 anos, trabalhei na escola pública como professora da Educação Infantil e da Educação Especial, sempre buscando promover experiências enriquecedoras com a natureza.

Quando se fala em sistema educacional, sabemos dos inúmeros desafios, dados os diversos contextos estruturais, sociais e culturais. Entretanto, as possibilidades também são muitas. Ao movimentar essa relação, percebemos que não se trata apenas de espaços e materiais, mas da prática pedagógica, das relações com a comunidade escolar, da documentação e comunicação sobre os processos de aprendizagem das crianças e da formação de professores.

Colocar a relação com a natureza como pilar do projeto político-pedagógico coloca o tema no cerne das reflexões e decisões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

_____. BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, SEB, 2010.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

LOUV, Richard. *A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza*. São Paulo: Aquariana. 2016.

* Ana Carol Thomé, pedagoga, especialista em Educação e Natureza, pós-graduada em Educação Lúdica, Psicomotricidade e Educação Inclusiva e mestranda em educação pelo PPG-Unisinos.

DESAFIOS DA DEMOCRACIA NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EXTREMA DIREITA

** Antônio Giovinazzo Júnior*

O objetivo desta palestra é refletir sobre a violência social e suas manifestações na escola. Trata-se de uma relação que jamais pode ser negligenciada, pois a educação carrega em si as tendências sociais que reproduzem a violência, a agressividade, a barbárie e o fascismo. O tema da violência é abordado, destacando seus vínculos com o sistema social e econômico, o qual se perpetua promovendo a destruição de pessoas, culturas e do meio ambiente.

São apresentadas considerações que evidenciam como essa destrutividade afeta a formação das subjetividades, influenciando a disposição dos indivíduos em se conformar ou resistir a essa tendência, que alimenta posições ultrarreacionárias e autoritárias. Por fim, é levantada a possibilidade histórica de concretização da dimensão política da educação como um meio de contraposição e enfrentamento à agressividade e à violência inerentes às sociedades do capitalismo avançado.

** Carlos Antônio Giovinazzo Júnior, professor e pesquisador na área da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutor em Educação pela mesma também pela PUC-SP.*

FILOSOFIA PARA CRIANÇAS

** Paula de Camargo Penteado*

A filosofia para crianças busca desenvolver o pensamento crítico, promovendo um ambiente onde questionamento e reflexão são incentivados. Matthew Lipman (1990, 2001), precursor dessa proposta, criou o programa "Philosophy for Children" com o objetivo de transformar a sala de aula em uma comunidade de investigação. Para ele, as crianças são naturalmente curiosas e capazes de filosofar, desde que sejam instigadas a refletir sobre questões como justiça, liberdade e verdade.

Virgínia Kastrup (2007, 2015) complementa esta visão, destacando o caráter processual do pensamento filosófico. Para ela, a filosofia não se resume a respostas, mas é uma atividade contínua de encontro com o outro e de exercício do pensar. Filósofos, sejam crianças ou adultos, constroem suas ideias a partir de um movimento de abertura e escuta, que deve ser incentivado na educação.

No Currículo da Cidade de São Paulo (2019), a filosofia está em consonância com os princípios de respeito ao tempo, ao ritmo e aos saberes de cada criança. A infância é um período de exploração e busca por compreensão do mundo. O ensino que valoriza a investigação e a participação ativa da criança se alinha à ideia de que o aprendizado ocorre em interações, no brincar, perguntar e compartilhar experiências. Ao refletir sobre suas vivências, a criança constrói um entendimento ético e responsável do mundo, assim, Mario Sergio Cortella (1996) defende a filosofia como ferramenta para desenvolver autonomia intelectual e consciência crítica, o que converge com o Currículo da Cidade, focado na formação de cidadãos conscientes.

Nesta palestra, ao unir as perspectivas de Lipman (1990, 2001), Kastrup (2007, 2015) e Cortella (1996) ao Currículo da Cidade (2019), vamos entender como a filosofia para crianças cria espaços de diálogo que possibilitam o desenvolvimento de um pensar autônomo, criativo e ético, respeitando as especificidades da infância e contribuindo para uma sociedade mais justa e solidária.

** Paula de Camargo Penteado, mestre em Educação: Formação de Formadores pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), MBA em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Metodologias Ativas pelo Instituto Brasileiro de Formação de Educadores (IBFE) e em Educação Infantil pela Universidade Anhanguera. Graduada em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.*

O corpo como palco da prática filosófica

** André Trindade*

Nesse encontro observaremos como o corpo da criança e do professor funcionam como palco para a prática da Filosofia. O cérebro humano tem duas formas de aprender. A primeira é a que chamamos de aprendizado explícito, na qual aprendemos fazendo, experimentando, realizando. O exemplo mais claro dessa maneira de absorver o conhecimento é andar de bicicleta. Para isso não há manual que substitua a experiência. A segunda modalidade do aprendizado humano é a que chamamos de aprendizagem explícita, ou seja, aquela que pode ser transmitida a partir de enunciados, regras, leis, uma forma mais abstrata de compreensão. Aí sim os manuais, os livros e os enunciados vão funcionar. É sobre essa segunda forma, explícita, que o Ensino Clássico se baseia.

As crianças, na educação infantil, aprendem mais a partir das próprias vivências, da observação da natureza e da observação do comportamento dos adultos. Aprendem nos observando e observando o mundo ao redor. Seus questionamentos são inúmeros: sobre a natureza, sobre a relação entre as pessoas, sobre a família, sobre o sentido da vida, sobre a Justiça, sobre a morte.

Engana-se quem subestima as percepções infantis. Por vezes os pequenos nos colocam diante de perguntas difíceis de responder, pelo nível de profundidade das questões. Falaremos das perguntas mais frequentes que deixam o educador “sem palavras”. Pensaremos juntos até que ponto podemos ir nas respostas dessas questões, e quanto é importante ouvir suas hipóteses, deixar que respondam da maneira deles.

Como disse anteriormente, o corpo será nosso palco de comunicação. Partiremos de jogos corporais, rítmicos, que podem ser realizados na sala de aula e também de exercícios físicos que aumentam a capacidade de concentração, diminuindo a agitação das crianças e a nossa também. Nesse ambiente corporal mais receptivo, abriremos espaço para as reflexões, para os questionamentos e as dúvidas. O objetivo dessa palestra/vivência é tornar a prática da Filosofia na Educação Infantil, um instrumento potente de identidade e valorização dos questionamentos sobre a vida contemporânea.

** André Trindade, psicólogo, professor de dança e especialista no desenvolvimento motor*

INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO: OS DIREITOS ÀS VIVÊNCIAS E ÀS APRENDIZAGENS

* *Shauan Bencks*

As crianças são reconhecidas como sujeitos de direitos, e na educação infantil brasileira, isso envolve criar experiências que respeitem sua singularidade, curiosidade e capacidade de se desenvolver integralmente. A educação tem o papel de garantir esses direitos, oferecendo um ambiente seguro e estimulante para suas descobertas.

O brincar é fundamental para o desenvolvimento infantil, permitindo que as crianças experimentem, criem e interajam, enquanto desenvolvem identidade, autonomia e habilidades. Para ser significativo, o brincar deve estar conectado às vivências das crianças, indo além de simples diversão.

A arte enriquece o brincar, funcionando como uma antena que capta os interesses e curiosidades das crianças. A música e outras expressões artísticas ajudam o educador a ajustar propostas para atender suas necessidades. Além de estimular criatividade, desenvolvimento sensorial e motor, a arte promove interações sociais e um ambiente inclusivo.

A palestra propõe uma abordagem lúdica, brincante, musical e interativa, oferecendo sugestões práticas para o dia a dia dos educadores. Baseada em vivências artísticas e brincadeiras musicais, proporcionará reflexões que ajudarão educadores e gestores a adaptar suas práticas conforme as necessidades das crianças e equipes. A intenção é que os participantes saiam inspirados e equipados com ferramentas concretas para enriquecer suas práticas e promover o desenvolvimento integral das crianças. Com essa proposta, a fala pretende contribuir para que a educação infantil continue sendo um espaço de desenvolvimento integral, onde o brincar, a arte e a curiosidade das crianças estejam sempre no centro do processo educativo, garantindo experiências significativas e prazerosas para todos.

* *Shauan Bencks*, licenciado em educação musical pela UniSantanna, formador de educadores e formador convidado do curso de extensão universitária Proepr, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

"A infância é o chão sobre o qual caminharemos o resto de nossos dias." (Lya Luft)

Lya Luft (escritora gaúcha) apresenta de uma forma poética uma reflexão já comprovada pela ciência sobre a forma como a criança é cuidada na infância impacta toda a vida adulta. Citação do Manual de Educação Parental - Transformando desafios em oportunidades (Literare Books).

Com base nessa colocação vamos refletir possíveis práticas lúdicas, interativas dentro da escola e para a família visando à preservação das Infâncias, dos direitos das crianças, prezando a saúde mental do futuro adulto.

A Lei n.º 14.826/2024, sancionada em 20 de março tem como objetivo a parentalidade positiva e o direito ao Brincar na prevenção da violência contra crianças e ainda determina que o poder público, em todas as esferas governamentais, as ações devem ser desenvolvidas nas políticas de assistência social, educação, saúde, cultura e segurança pública garantindo o direito ao Brincar de todas as crianças com até 12 anos. A Lei Federal nº 14.826/2024 tem relação direta com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Marco Legal da Primeira Infância. (Lei Federal nº 13.257/2016).

A partir das reflexões e práticas das dinâmicas criativas aplicadas na palestra será proposto um levantamento de ações que possam fazer da infância um "terreno que se pisa com segurança a vida toda".

***Edí Holanda**, musicista, compositora, capacitadora no Centro de Pesquisa e Formação (CPF) do Sesc, docente pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), educadora parental e perinatal, especialista em educação socioemocional e terapeuta integrativa e escritora.*